EMBATE NO CNJ, LUIS FELIPE SALOMÃO DESNUDA OS CRIMES DA LAVA JATO. O MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO OPTA POR PROTEGER OS CÚMPLICES DE SERGIO MORO

ESPECIAL O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA COMPLETA 15 ANOS COM MILHÕES DE MORADIAS E NOVO IMPULSO À CONSTRUÇÃO

cartacapital.com.br

basset editora

FUMAÇA DO ATRASO

O SENADO REAFIRMA A GUERRA ÀS DROGAS, FONTE DE VIOLÊNCIA E DO INCHAÇO DAS PRISÕES

ANO XXIX Nº 1307 R$ 31,90
24 DE ABRIL DE 2024

INÊS249

MINHA CASA MINHA VIDA 15 ANOS

O maior programa habitacional da história.

Quando o Minha Casa, Minha Vida foi lançado, 15 anos atrás, ter a casa própria era um sonho distante para muitos brasileiros e brasileiras. Hoje, já são 7,7 milhões de moradias contratadas. Deu tão certo que o Governo Federal retomou o programa e mais 2 milhões de moradias estão sendo contratadas até 2026. A volta do programa garante a segurança de um lar para quem precisa e nos faz acreditar em um futuro melhor para milhões de pessoas, com mais empregos, renda, dignidade e cidadania. Isso é crescimento. De tijolo em tijolo, o Minha Casa, Minha Vida ajudou e vai continuar ajudando os brasileiros e as brasileiras a realizarem o sonho de sua casa, o sonho de sua vida.

INÊS249
Minha Casa
Minha Vida
Casa nova, vida nova e um futuro melhor para milhões de brasileiros.
MINISTÉRIO DAS
CIDADES
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

INÊS249

CartaCapital

24 DE ABRIL DE 2024 • ANO XXIX • Nº 1307

O mar vai virar sertão, profetizam climatologistas brasileiros. Pág. 26

Capa: Pilar Velloso. Fotos: iStockphoto

NATALI HERNANDES/AG. FOTO E ISTOCKPHOTO

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond e Mauricio Dias
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, André Costa Lucena, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva e Marina Verenicz
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
GERENTE DE NEGÓCIOS: Henrique Rogatto
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abdal
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

ÀS FAVAS A DEMOCRACIA

Quem é Elon Musk? Ou melhor, quem pensa que é o bilionário sul-africano que, com sua peculiar boçalidade, pretende imiscuir-se nas instituições nacionais e desprezar os ditames da nossa Constituição? Próprio de sua existência capitalista, em que o lucro está acima das leis, disse certa vez que incentivaria golpe de Estado onde bem lhe aprouvesse. É sabido, aliás, que para mover sua indústria automobilística depende do lítio que Bolívia, Chile e Argentina dispõem. Decerto não mediria esforços para consegui-lo com a subserviência dos locais. Agora vem atacar em nosso país a mais alta Corte de Justiça e o governo federal, que não pactuaram com sua liberalidade irrestrita e irresponsável nas redes sociais.
Pedro Luís Viegas

O XIS DA QUESTÃO

Esta é a pior Câmara de Deputados que já tivemos. Endossam um ricaço mimado, que defende a desinformação contra o próprio País. É de chorar.
Ivete Matté

Os jornalões estão confundindo censura com proibição de informações criminosas. Bem faz a *CartaCapital* ao denunciar, pedaço por pedaço, toda essa construção nefasta. A remoção de conteúdo falso de redes sociais, especialmente as promovidas pelo mimado bilionário Elon Musk, que visa distorcer opiniões e interferir no voto, deve, sim, acontecer e ser devidamente regulada e controlada pela Justiça. Extremistas como Donald Trump e Jair Bolsonaro somente conseguiram eleger-se com base em mentiras e continuam a tumultuar criminosamente a democracia.
Adilson Gonçalves

REDE DE MENTIRAS

Nenhuma rede social pode estar associada ou favorecer partidos políticos. Ainda mais grave é Elon Musk a defender as milícias digitais dos extremistas de direita que apoiaram a tentativa de golpe do 8 de Janeiro. Conteúdos criminosos, cujas remoções foram determinadas pela Justiça, não podem ser tratados como exercício da liberdade de expressão.
Weber Vasconcelos

COBERTOR CURTO

Há um pecado original no governo atual: o arcabouço fiscal do Haddad. O problema é que o ministro e os burocratas da Fazenda negociaram seus termos apenas com a Faria Lima e a Febraban. Governo sem controle da política monetária e com política fiscal amarrada. Sem entregar o prometido, a polarização à direita vai manter-se.
Caio Batista

Pergunte aos sindicatos dos servidores e aos demais grevistas, que estão responsabilizando o atual governo pelas perdas salariais e a desvalorização das carreiras, que mobilização fizeram para eleger deputados e senadores progressistas em 2018 e 2022. Questione o que farão nas eleições municipais deste ano, a base para 2026. Qual pressão crítica fazem ao Congresso e à mídia, que impõem uma política de juros extorsivos, um verdadeiro arrocho fiscal para impedir o governo de gastar? Esse roteiro já conhecemos.
Tsyusha Young

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

Corpos africanos na costa brasileira

Pescadores encontraram, no sábado 13, um barco à deriva no litoral do Pará com cadáveres em avançado estado de decomposição. De acordo com a Polícia Federal, dos nove corpos, oito estavam dentro da embarcação e um próximo a ela, em circunstâncias que sugerem que ele fazia parte do mesmo grupo. A embarcação foi avistada nas proximidades da Praia de Ajuruteua, em Bragança. Inicialmente, cogitou-se que as vítimas eram haitianas, mas documentos encontrados pelos investigadores sugerem que elas eram da Mauritânia e do Mali, na África. O barco foi encontrado pela Marinha sem motor, vela ou qualquer outro mecanismo de propulsão.

Os sindicatos foram surpreendidos com a votação às pressas

São Paulo/ Torneira aberta

Câmara Municipal dá aval à privatização da Sabesp em primeira votação

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou, na quarta-feira 17, um Projeto de Lei que abre caminho para a privatização da Sabesp. Por 36 a 18, os vereadores revogaram artigos de uma lei municipal de 2009 que previa a extinção do contrato entre a prefeitura e a companhia de saneamento, caso o controle acionário da empresa de economia mista fosse transferido à iniciativa privada. O texto ainda precisa passar por uma segunda votação, mas o dilatado placar do primeiro turno indica que o governador Tarcísio de Freitas, do Republicanos, não terá dificuldade para concluir a venda dos ativos da Sabesp.

A sessão foi marcada por tumultos e bate-bocas entre os vereadores e o público. Na véspera, a Câmara aprovou regime de urgência para a pauta, ignorando as audiências já agendadas em vários bairros da cidade. Sindicatos e movimentos sociais tentaram impedir a votação, sob a alegação de falta de transparência e participação popular no processo.

O conflito escalou logo pela manhã, quando Henrique Oliveira e Silva, o Marreta, secretário do Sindicato dos Urbanitários, foi removido à força de uma audiência pública por agentes da Guarda Civil Metropolitana, a pedido do vereador Rubinho Nunes, do União Brasil. Imobilizado e algemado em um banheiro, o sindicalista foi conduzido para o 8º Distrito Policial, no Brás, na zona central da capital, e só foi liberado no fim da tarde.

“Como pode um projeto da magnitude desse avançar sem ter passado pela Comissão de Finanças?”, protestou o vereador petista Jair Tatto, presidente do colegiado. A oposição surpreendeu-se com a súbita mudança de postura do presidente da Câmara Municipal. Até pouco tempo, Milton Leite, do União Brasil, relutava em pautar o tema e chegou a defender, em 11 de abril, que a prefeitura contratasse uma consultoria independente para avaliar as vantagens da privatização ao município.

Coincidentemente, observaram alguns colegas em conversas reservadas, Leite deu aval à votação pouco depois de ser convocado para depor no inquérito que apura um esquema de lavagem de dinheiro do PCC por meio de empresas de ônibus. O vereador teria ligações com Luiz Carlos Efigênio Pacheco, o Pandora, um dos sócios da Transwolff, acusada de ocultar bens da facção. A investigação é conduzida pelo Ministério Público e pela Polícia Militar, esta última subordinada a Freitas. Tatto também foi chamado para depor, pois foi secretário de Transportes de Fernando Haddad e ocupou o mesmo cargo na gestão de Marta Suplicy.

São Paulo/
Consórcio do crime

Três vereadores são presos por suspeita de fraude em licitação e elo com o PCC

O Ministério Público e a Polícia Militar de São Paulo deflagraram, na terça-feira 16, a Operação Muditia, que apura um megaesquema de fraudes em licitações de prefeituras e câmaras municipais do estado para beneficiar empresas controladas pelo PCC. Ao todo, 13 investigados foram presos, entre eles três vereadores de Ferraz de Vasconcelos, Santa Isabel e Cubatão. Durante o cumprimento dos mandados de busca, os investigadores apreenderam 22 celulares, 22 computadores, quatro armas de fogo, 3,5 milhões de reais em cheques e 600 mil em espécie, além de 8,7 mil dólares.

De acordo com os investigadores, a facção criminosa atuava para frustrar a competição nos processos de contratação de mão de obra terceirizada por órgãos públicos. Os contratos sob suspeita somam mais de 200 milhões de reais e foram firmados em São Paulo, Guarulhos, Ferraz de Vasconcelos, Cubatão, Arujá, Santa Isabel, Poá, Jaguariúna, Guarujá, Sorocaba, Buri e Itatiba. É mais um robusto indício de que o PCC está embrenhado no Estado e já atua como uma organização mafiosa no País.

Mais de 200 agentes foram mobilizados na operação

A meritocracia vem de berço

Todos os bilionários do mundo com menos de 30 anos herdaram as suas fortunas, revela um levantamento divulgado pela *Forbes* na terça-feira 2. É o caso da brasileira Livia Voigt, de 19 anos, a mais jovem bilionária do *ranking*. Ela é neta de dois dos cofundadores da catarinense Weg, a maior fabricante de motores elétricos da América Latina. Mesmo entre os mais velhos, é notória a presença dos "sortudos", na definição da revista norte-americana. Pouco mais de um terço dos 2.781 bilionários do mundo em 2024 herdou sua vasta riqueza, ou pelo menos grande parte dela. Ao todo, esses 934 herdeiros têm um patrimônio coletivo de 5 trilhões de dólares – mais de duas vezes o PIB brasileiro registrado no ano passado (2,17 trilhões).

Reforma agrária/
DE VOLTA À LUTA

ABRIL VERMELHO COMEÇA COM MAIS DE 24 OCUPAÇÕES EM 11 ESTADOS

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra iniciou, na segunda-feira 15, a Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Reforma Agrária com ao menos 24 ocupações em 11 estados brasileiros. As ações foram registradas no Ceará, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo e Sergipe.

"Lutamos porque 105 mil famílias estão acampadas e exigimos que o governo federal cumpra o artigo 184 da Constituição, desaproprie latifúndios improdutivos e democratize o acesso à terra", diz uma nota do MST. Foram escolhidos locais estratégicos para a mobilização, como uma área de 1,5 mil hectares da Embrapa Semiárido, em Petrolina, no sertão pernambucano, considerada pelo movimento como "ociosa, improdutiva e abandonada".

Em 2023, militantes do MST ocuparam áreas da Embrapa Semiárido em duas ocasiões, em abril e julho, e só saíram após determinação judicial. Agora, o movimento reivindica o cumprimento de um acordo feito com o governo federal à época, a prever o assentamento de 1,3 mil famílias que vivem na região. "Foram mais de 17 pontos acertados e nenhum foi cumprido", protesta Jaime Amorim, da direção nacional do MST.

O MST cobra o cumprimento de acordos firmados com o governo

MST BRASIL, YURI SALVADOR/CMSP E MPSP/PMSP

Ataques a faca

A polícia australiana prendeu, na segunda-feira 15, um adolescente de 15 anos que esfaqueou um bispo em uma igreja assíria em Sydney. Três fiéis se feriram ao tentar conter o agressor. As vítimas receberam atendimento médico e não correm risco de morte. O incidente ocorreu apenas dois dias depois de um ataque similar em um *shopping center* na mesma cidade, que matou seis pessoas e feriu outras oito, incluindo um bebê de 9 meses. Neste caso, o agressor foi identificado como Joel Cauchi, de 40 anos. Ele sofria de transtornos mentais e foi abatido por uma policial no local do crime.

Argentina/ O choque de Milei

Universidade de Buenos Aires declara situação de emergência orçamentária

Uma das instituições de ensino superior mais prestigiadas da América Latina, a Universidade de Buenos Aires corre risco de morrer por inanição. Ao decretar situação de emergência orçamentária na última semana, os integrantes do seu Conselho Universitário denunciaram o processo de asfixia financeira imposto pelo governo de Javier Milei, eleito com a promessa de fazer um "choque liberal" nas finanças do Estado argentino.

No caso da UBA, isso significou manter o orçamento vigente em 2023 para este ano de 2024, sem qualquer correção da inflação, que disparou 287,9% em 12 meses. "Com essa política, decidiram pelo fechamento da UBA", lamentou o reitor Ricardo Gelpi ao *La Nación*. "Em dois ou três meses, se não for atualizada a parte econômica, não poderemos funcionar."

De acordo com a ONG Associação Civil pela Igualdade de Justiça, se não houver mudança, o orçamento para a educação superior neste ano será o mais baixo em 26 anos. Em valores corrigidos, a verba para este ano é 72% inferior àquela de 2023. Indiferente aos protestos de professores e alunos, Milei repete o desgastado bordão bolsonarista de que a UBA promove "doutrinação ideológica". Pública, gratuita, laica e aberta a estrangeiros, a universidade parece mesmo representar uma ameaça ao ultradireitista.

O governo se recusa a repor as perdas com a inflaçao de 287,9% ao ano

Capitalismo/ ÍDOLO COM PÉS DE BARRO

ELON MUSK DEMITIRÁ 10% DOS FUNCIONÁRIOS DA TESLA NO MUNDO

O empresário não hesita em cortar custos com a mão de obra

Idolatrado pelos bolsonaristas e pela extrema-direita mundial, o bilionário Elon Musk dispensará mais de 10% dos funcionários da Tesla. A demissão em massa deve atingir ao menos 14 mil trabalhadores. Em dezembro de 2023, a empresa informou à Comissão de Valores Mobiliários dos EUA, a SEC, que possuía 140 mil empregados ao redor do mundo.

"Enquanto prepararmos a empresa para a nossa próxima fase de crescimento, é extremamente importante analisar todos os aspectos da companhia para reduzir custos e aumentar a produtividade", disse Musk em um comunicado interno, revelado pelo Business Insider. "Não há nada que eu odeie mais, mas isso precisa ser feito. Isso nos permitirá ser enxutos, inovadores e ávidos pelo próximo ciclo de crescimento."

Pela primeira vez em quatro anos, as vendas da Tesla despencaram no primeiro semestre de 2024. Sofrendo com a forte concorrência das rivais chinesas BYD e Xiaomi, a montadora mais valiosa do mundo entregou perto de 386,8 mil veículos entre 1º de janeiro e 31 de março, resultado 20% inferior ao trimestre anterior e 8% abaixo em relação ao mesmo período do ano passado.

AGD-UBA E JERRY LAMPEN/TESLA

Marcha à ré

CONTRARIANDO A TENDÊNCIA MUNDIAL DE DESCRIMINALIZAÇÃO, O SENADO REAFIRMA A VIOLENTA E INEFICAZ "GUERRA ÀS DROGAS"

por MARIANA SERAFINI E MAURÍCIO THUSWOHL

A chantagem política no Congresso, somada ao suprassumo do reacionarismo e à falta de mobilização social, levaram mais uma vez o Brasil a desprezar as evidências científicas e a ignorar um avanço legal adotado em um número expressivo de países ocidentais. Na terça-feira 16, o Senado aprovou por 52 votos a 9 a Proposta de Emenda Constitucional que tipifica como crime "a posse ou porte de qualquer quantidade de droga". A PEC tem como autor o próprio presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, do PSD, e não traz alteração significativa à Lei de Entorpecentes em vigor desde 2006. Sua aprovação é, porém, mais um *round* da briga do Parlamento com o Supremo Tribunal Federal. Desde agosto do ano passado, o STF julga uma ação que poderia liberar o porte de maconha para consumo pessoal e estabelecer um critério objetivo para diferenciar usuários de traficantes: a quantidade de narcótico apreendido. Após o pedido de vista do ministro José Dias Toffoli, a votação foi interrompida com 5 votos favoráveis à mudança e 3 contrários.

LUIS BLANCO/GOVSP E ISTOCKPHOTO

Não há previsão para o julgamento ser retomado, mas, nesse ínterim, a decisão do Senado aproxima o Brasil de ditaduras e teocracias que adotam uma política de tolerância zero em relação às drogas. Além de contribuir para o encarceramento em massa e de afastar dependentes químicos de tratamentos, devido ao temor de sofrer processos criminais, a iniciativa impede o País de avançar na regulamentação da *Cannabis* para fins medicinais e recreativos, uma indústria que movimentou 29,5 bilhões de dólares no ano passado ao redor do mundo e pode chegar a 58 bilhões em 2028, segundo um estudo da BDSA, principal empresa de pesquisa do setor.

Desde a virada do século, ao menos 21 países adotaram leis para legalizar ou descriminalizar do uso pessoal de maconha, bem como dos numerosos subprodutos explorados pela indústria farmacêutica. O ingresso mais recente no clube foi o da Alemanha, onde, desde o começo do mês, existem leis para reger a produção e o consumo de *Cannabis*, e qualquer cidadão pode plantar mudas em casa, além de portar até 25 gramas da erva.

A significativa adesão alemã tende a impulsionar outras leis nacionais semelhantes nos próximos anos. Desde 2022, a legalização completa aconteceu em Malta e Luxemburgo, um passo à frente da Europa em uma direção indicada pelas sucessivas leis de descriminalização iniciadas por Portugal, em 2001, e posteriormente adotadas por Bélgica, Eslovênia, República Tcheca, Suíça, Croácia, Itália, Áustria e Geórgia. Famosa por suas *coffee shops*, onde ninguém é incomodado se acender um baseado, a Holanda, curiosamente, jamais legalizou ou sequer descriminalizou qualquer tipo de droga, tendo sido apenas pioneira, ainda na década de 1970, de uma política de "vista grossa" emulada em maior ou menor grau por outras nações europeias. Portugal, por sua vez, tornou-se referência pela ousadia de suas leis de descriminalização, que, além da maconha, abrangem outros tipos de narcóticos, como cocaína e heroína. Mais recentemente, os portugueses incluíram as drogas sintéticas no rol de substâncias toleradas. Adendo: em nenhum desses países houve uma explosão do consumo, das mortes e da violência, uma *fake news* repetida pelos proibicionistas.

Sem um critério claro para diferenciar usuários de traficantes, a decisão de quem é quem segue sob a análise subjetiva de delegados e juízes

O BRASIL POSSUI A TERCEIRA MAIOR POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO PLANETA, INFLADA COM ACUSADOS DE NARCOTRÁFICO

Os avanços não são privilégio da Europa. Leis de descriminalização da maconha foram recentemente adotadas em Israel, África do Sul, Tailândia e Jamaica. Entre as maiores economias, o Canadá foi o primeiro a adotar a legalização completa, em 2018, ao replicar leis adotadas seis anos antes pelos estados de Washington e Colorado, nos Estados Unidos. A iniciativa espalhou-se por outros estados e, embora não exista uma lei federal sobre o tema, 54% da

população dos EUA vive atualmente em regiões onde a maconha é legalizada. Na nossa vizinhança, a Argentina descriminalizou a maconha desde 2009 e quatro anos depois o Uruguai foi o primeiro país do mundo a legalizar completamente a produção e venda de maconha, além do "uso recreativo" da planta. A pioneira na América do Sul, entretanto, é a Colômbia, que, após viver o pesadelo do narcoterrorismo nos "anos Pablo Escobar", desde 1994 vem, entre idas e vindas, adotando leis de descriminalização fundamentais para reduzir os números da violência.

No Brasil, após diversos governos, legislaturas e presidências do STF fugirem do assunto durante anos, o proibicionismo ganhou força, sobretudo após a ascensão política da extrema-direita nas eleições de 2018. "Esse atraso reflete o pânico moral disseminado pelos reacionários que operam muitas vezes com o discurso religioso para demonizar a maconha. Quando esse discurso não é religioso, é policialesco. Às vezes, ambos. Mas, de qualquer modo, é um discurso bastante fechado para o debate e para a influência de informações científicas e de pesquisas sobre o racismo estrutural da lei de drogas", lamenta o neurocientista e biólogo Sidarta Ribeiro. A dificuldade para se travar o debate científico em esferas como o Congresso acontece, segundo o especialista, porque "existe um posicionamento extremamente lucrativo do ponto de vista político, que joga para a plateia e com os preconceitos, medos e mitos".

Agora, os alemães podem plantar mudas em casa e portar até 25 gramas da erva

Os prejuízos para o País são evidentes, a começar pela segurança pública, onde a "guerra às drogas" travada nos últimos anos resultou em um espantoso aumento tanto da violência policial contra pretos, pobres e periféricos quanto da população carcerária nacional. Um estudo elaborado pelo economista Daniel Cerqueira e publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada revela que, em média, 34,3% dos homicídios são atribuídos a questões relativas a drogas, número que cresce para 46,6% no Rio de Janeiro. Em todo o Brasil, os negros são objeto de 68% dos processos e prisões relacionados ao porte de drogas. "Temos observado o impacto das políticas de abordagem punitiva e da violência policial na vida de moradores de favelas e outras comunidades periféricas, onde a maioria da população é negra e empobrecida", diz o tcheco Jan Jarab, representante de Direitos Humanos da ONU para a América do Sul. Desde 2000, acrescenta, a população carcerária brasileira aumentou mais de 200% e continua em crescimento. "No fim de 2023, o Brasil registrou uma população carcerária de

NA CONTRAMÃO DO MUNDO

Países que derrubaram restrições à maconha

INÊS249

JOHN MACDOUGALL/AFP

852 mil detentos. Estima-se que até 40% deles podem ter vínculos com drogas."

Ao encher as unidades prisionais com centenas de milhares de usuários e pequenos traficantes a cada ano, o País reforça o poder das facções que dominam os presídios e cria uma base de recrutamento para o crime, alerta o deputado estadual Carlos Minc, do PSB, pioneiro ao tratar da questão da legalização da maconha desde o seu primeiro mandato parlamentar, logo após o fim da ditadura. "Entopem os presídios, onde pouco se estuda e se trabalha, mas não faltam drogas e celulares. As principais facções comandam o crime a partir dos presídios, como é o caso do PCC e do Comando Vermelho", observa o parlamentar carioca.

A ALEMANHA É O MAIS RECENTE PAÍS A LEGALIZAR O CULTIVO E O CONSUMO DE MACONHA

Para Cristiano Maronna, diretor da organização Justa e autor do livro *Lei de Drogas Interpretada na Perspectiva da Liberdade* (Ed. Contracorrente), a visão do "direito penal máximo" que prega o encarceramento é deletéria porque não reduz a criminalidade: "O Brasil tem a terceira maior população prisional do planeta e os índices de criminalidade são muito elevados em comparação com outros países. Esse modelo político criminal não entrega bons resultados, não entrega paz, não entrega índices de segurança pública que sejam razoáveis. Quanto mais se prende, mais as facções são fortalecidas e esse círculo vicioso é retroalimentado".

Em parceria com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, a Justa lançou um guia com os principais pontos e propostas sobre a legalização da maconha. O documento menciona a pesquisa do neuropsicofarmacologista inglês David John Nutt, a revelar quais as drogas mais prejudiciais ao próprio usuário e aos que estão no seu entorno. "Essa pesquisa considerou drogas lícitas e ilícitas, e o álcool é o campeão. Maconha, *ecstasy* e LSD estão lá embaixo. Não tem nada mais danoso ao indivíduo e ao seu entorno do que o álcool. No entanto, ele é glorificado em comerciais na tevê, até patrocina eventos. A mensagem é clara: tomem cada vez mais cerveja", lamenta a socióloga Julita Lemgruber, diretora do CESeC.

Uma das maiores anomalias na Lei de Entorpecentes, dizem os especialistas, é deixar ao critério subjetivo do policial – ou do juiz – a decisão sobre se determinado caso configura tráfico ou porte para uso pessoal. A PEC de Pacheco não mexe com isso, embora o senador afirme o contrário. "A proposta faz a ressalva da impossibilidade da privação da liberdade do porte para uso. Ou seja, o usuário não será jamais penalizado com o encarceramento", disse o senador logo após a aprovação. Depois, acenou às bancadas da Bala e da Bíblia com a clássica visão retrógrada sobre o uso de drogas. "O motivo da dupla criminalização é que não há tráfico de drogas se não há interessados em adquiri-las. O traficante só aufere renda, e a utiliza para comprar armas e aumentar seu domínio territorial, por meio da venda a um usuário final."

Também pioneiro no debate, ao organizar nas universidades do Rio tribunais populares sobre a legalização da maconha nos anos 1990, o advogado Rogério Rocco

● Descriminalização ● Legalização

* Colorado e Washington

Ano	País	Tipo
2015	Jamaica	Descriminalização
2016	Áustria	Descriminalização
2017	Israel	Descriminalização
2018	Canadá	Legalização
2018	África do Sul	Legalização
2018	Geórgia	Legalização
2020	Tailândia	Descriminalização
2021	México	Descriminalização
2021	Malta	Descriminalização
2021	Luxemburgo	Descriminalização
2024	Alemanha	Descriminalização

aponta a hipocrisia da visão majoritária do Senado: "A classe média não é conduzida nesse tipo de flagrante como traficante, mas os pobres, os pretos em geral, são". Tal prática, diz, alimenta os índices de sucesso de prisões e da eliminação de "inimigos" em ações policiais. "Esse inimigo muitas vezes é forjado por uma lei que permite que o policial ou o delegado configure a lógica de um flagrante a seu bel-prazer. As políticas de eliminação de pobres e pretos nos mantêm num círculo vicioso que justifica o aumento de investimentos no combate à violência."

Rocco avalia que o Senado faz o Brasil andar quase 60 anos para trás na política de drogas e reviver a implementação da punição aos usuários decretada em dezembro de 1968, 13 dias após a decretação do AI-5. "Foi uma medida explícita de perseguição à juventude, aos que resistiam aos arbítrios da ditadura, no momento mais grave e grotesco do regime militar. Hoje, significa um retrocesso gravíssimo que se explica pela formação bem-sucedida de uma nova organização da extrema-direita nacional."

O advogado Ladislau Porto lamenta que o Brasil esteja prestes a repetir um erro histórico ao tratar a questão das drogas sob a ótica da segurança pública, e não da saúde. "Esse atraso é fruto de um racismo estrutural muito forte, porque a erva era consumida pelos negros, em cachimbos de barro. Fomos um dos primeiros países a criminalizar o uso da maconha, na década de 1830, em uma lei racista que previa multa para quem vendesse a erva e prisão de três dias para o escravo que fumasse." Além do racismo, persiste uma falta de conhecimento muito grande sobre a maconha, lamenta. "Enquanto a ciência avança em demonstrar todas as aplicações médicas da *Cannabis*, nós retrocedemos ao criminalizar o uso. Para reverter esse quadro é preciso informação, é preciso fomentar o debate."

Enquanto o Brasil foca na repressão, a maconha gera negócios lucrativos e farta arrecadação tributária em outros países, a exemplo dos EUA

O tempo desperdiçado pelo Brasil no uso da *Cannabis* pela saúde pública é a outra faceta socialmente cruel da posição atrasada do País. Enquanto centenas de milhares de brasileiros de baixa renda que poderiam ter seus problemas de saúde curados ou amenizados com substâncias derivadas da planta – como o Canabidiol (*também conhecido como CDB*), o composto molecular GHB ou o próprio princípio ativo THC – seguem sem tratamento nem acesso aos produtos, os mais abastados pagam até 500 reais por um único frasco de medicamento nas farmácias. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Canabinoides, a comercialização da chamada *Cannabis* medicinal nas farmácias do País mais que dobrou em 2023, ao registrar um crescimento de 127% em relação ao ano anterior. Foram comercializadas 356,6 mil unidades de produtos entre janeiro e dezembro do ano passado, ante 157 mil em 2022, e o faturamento do setor nas farmácias atingiu 150 milhões de reais, um salto de 119% diante dos 65,2 milhões registrados em 2022.

O MERCADO DE *CANNABIS* LEGAL DEVE MOVIMENTAR ATÉ 58 BILHÕES DE DÓLARES EM 2028

"Muitas famílias de usuários de maconha medicinal enfrentam desafios legais e estigmas sociais relacionados ao uso da planta para esse fim. Retrocessos na legislação como essa PEC podem aumentar o medo de criminalização e também a perseguição por parte das autoridades, colocando em risco a segurança e a estabilidade dessas famílias", alerta Margarete Brito, fundadora da organização Apoio à Pesquisa e Pacientes de *Cannabis* Medicinal. Dirigente da Associação Brasileira para *Cannabis*, que também defende o direito ao cultivo individual e coletivo da maconha, Pedro Zarur define como "nefastas" as consequências da política nacional. "Inocentes morrem diariamente em nome de uma guerra contra uma planta."

Para Sidarta Ribeiro, "a maconha é uma fronteira científica ativa na pesquisa biomédica brasileira". Ele menciona o professor Elisaldo Carlini que, na Escola Paulista de Medicina da Unifesp, foi o primeiro no mundo a demonstrar em ratos, e depois em seres humanos, que o Canabidiol é um poderoso antiepiléptico. Professor da UFRN, Ribeiro elenca outros trabalhos desenvolvidos na

EDEN JANINE JIM E MAURO PIMENTEL/AFP

USP e nas universidades federais de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte. "O Brasil tem tradição, tem cientistas e tem alta qualidade científica nesse assunto, mas tem também todos os entraves que mantêm o País em uma posição de subserviência científica."

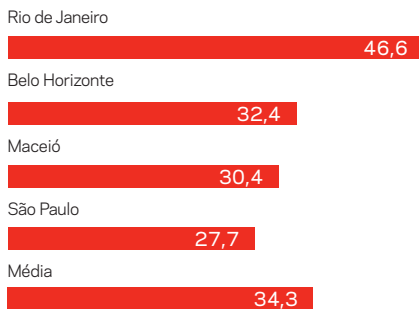
Um dos mais destacados nomes nesse cenário, o psiquiatra Dartiu Xavier Silveira, professor da Unifesp, afirma que, entre os usuários de álcool, a dependência é de 15%, enquanto nos consumidores de maconha é de 9%. "Quando se tem uma postura proibicionista, qualquer uso vai ser visto como patologia. Daí surgem aquelas medidas absurdas de internação compulsória de um usuário. Gastam-se rios de dinheiro do Estado para tratar pessoas que nem sequer têm diagnóstico de dependência, que não precisariam ser tratadas." Silveira dá como exemplo os discursos das igrejas fundamentalistas. "O sujeito é usuário de álcool, mas, quando se trata de maconha, é dependente. As pessoas têm dificuldade de usar o termo 'usuário de maconha', é como se não existisse. Só isso já significa um viés, e as políticas públicas seguem esse caminho, que é o mais ridículo, porque caem nas mãos de pessoas que são reacionárias. Tem muito médico reacionário."

Neurocientista e doutor em bioquímica, Aderbal Aguiar afirma que a maconha tem eficácia comprovada na terapia de doenças que atingem o cérebro em várias fases da vida, a exemplo das crianças com transtorno de espectro autista, dos adultos com transtornos de humor, ansiedade, depressão e insônia, e dos idosos com doenças neurodegenerativas, como Parkinson, Alzheimer e esclerose múltipla. Sem falar da epilepsia, que atinge todas as idades. "Essa planta funciona muito bem, só que temos de importar, porque aqui é proibido." Ele lembra que quem consegue comprar o produto importado é a população mais rica. "Já quem depende unicamente do SUS fica prejudicado, porque o acesso é muito mais restrito. Sem falar que, no SUS, o uso desses medicamentos é limitado a alguns casos raros de epilepsia."

O Brasil ignora, ainda, o imenso potencial da exploração da planta e seus derivados, que têm aplicação muito além da medicina e atende setores como alimentação, vestuário, cosméticos, navegação e construção civil. Somente a fibra de cânhamo tem centenas de aplicações industriais possíveis. "Poderíamos estar produzindo, mas estamos importando", diz Aguiar.

A PEC da criminalização do uso e porte de drogas terá de passar pela análise e votação na Câmara, mas a expectativa é de aprovação. Isso se o texto não for piorado ainda mais. Um dos nove senadores que votaram contra a proposta, Humberto Costa, do PT, falou com *CartaCapital* minutos após a votação. "Infelizmente, o Brasil tem falhado bastante na política sobre drogas. Essa questão deveria ser tratada como problema de saúde pública. Temos de garantir àqueles que precisam de tratamento humanizado, tirá-los da esfera criminal e fortalecer a rede de atendimento psicossocial. Estamos também nos privando de pesquisar e adotar produtos derivados da *Cannabis*, com evidentes prejuízos econômicos e científicos." A maioria dos senadores preferiu, no entanto, abraçar o populismo penal e o fundamentalismo moral e religioso. Foi a vitória do Brazilstão. •

BAIXAS DA GUERRA

Homicídios atribuídos a questões envolvendo drogas ilícitas, em relação ao total (em %)

Fonte: Ipea / Elaboração: Daniel Cerqueira

Seu País

Por todos os lados

PODER Da economia à articulação política, o governo enfrenta percalços e perde terreno na disputa com a oposição

POR ANDRÉ BARROCAL

O Palácio do Planalto anunciará na quarta-feira 24 o resultado de uma licitação destinada a selecionar quatro empresas de comunicação digital. Os escolhidos terão duas missões, e no fim das contas o objetivo é fazer a posição do governo a respeito de certos temas chegar à maior quantidade de cidadãos. Uma das tarefas será preparar, a partir do monitoramento das redes sociais, um diagnóstico acurado e rápido sobre o humor da população em assuntos que afetem a imagem de Lula e sua equipe, para que o Executivo possa reagir em momentos quentes no debate público. Uma forma de reação será pagar pelo aumento da circulação de conteúdos oficiais, o chamado impulsionamento.

A outra missão será proporcionar um canal direto com grupos específicos. O presidente Lula tem feito, neste ano, lances de comunicação segmentada. Em eventos, usou e mostrou meias com o símbolo do Corinthians, o time do coração, e com o rosto de Frida Kahlo, falecida pintora mexicana ícone do feminismo. Com o futuro serviço digital, o governo poderá, entre outras iniciativas, enviar mensagens de celular (via WhatsApp ou SMS) a beneficiários do Bolsa Família para informá-los sobre direitos. Entre estes, a possibilidade de retirar de graça 40 remédios em farmácias populares e o de que seus filhos matriculados no ensino médio recebam um "pé-de-meia" (uma bolsa) para não largarem a escola.

O novo serviço consumirá cerca de um terço do orçamento anual da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, sinal do tamanho da aposta na ferramenta. Serão 197 milhões de reais em 12 meses. Uma pesquisa divulgada na terça-feira 16 pelo Comitê Gestor da Internet apontou: 84% dos brasileiros utilizam a *web*, bem acima do que acontecia na passagem anterior de Lula pelo Planalto (34%, em 2008). As redes sociais praticamente empatam com as tevês como meios de informação sobre política, conforme levantamento Genial/Quaest de março (32% e 34%, respectivamente). Pelo levantamento, quanto mais lulista, mais se assiste à tevê e quanto mais bolsonarista, mais se navega nas redes. "O novo serviço vai preencher uma lacuna que temos. Nossa marca este ano vai ser o salto na comunicação digital", diz o ministro Paulo Pimenta, da Secom.

Lacuna que vai além do uso das ferra-

"Nossa marca este ano vai ser o salto na comunicação digital", diz o ministro Paulo Pimenta

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 20
Justiça. O ministro Barroso demonstra sua empatia pela turma da Lava Jato

mentas. A popularidade de Lula e seu governo caiu ao longo de 2023, e o patamar atual assemelha-se ao cenário da eleição contra Jair Bolsonaro. É um quadro complicador das relações com o Congresso. Desde a eleição, há petistas a enxergar o Parlamento de predomínio patronal e direitista como obstáculo e ameaça ao presidente. Estão aí novos capítulos da "guerra fria" com o comandante da Câmara, o deputado Arthur Lira, do PP de Alagoas, para confirmar os prognósticos.

Guerra fria. Arthur Lira volta a ameaçar o Executivo. Lula não gostou da afronta do deputado

O motivo de fundo do recrudescimento da animosidade é o de sempre: a incerteza de Lira quanto à própria capacidade de fazer o sucessor em fevereiro. O deputado está decidido a instalar várias CPIs paradas na gaveta, algo preocupante para o governo (qualquer um), e a botar para andar uma mudança constitucional que tira parte do poder dos juízes do Supremo Tribunal Federal, proposta aprovada no Senado em 2023. A Corte tem sido uma espécie de aliada do governo. Atacá-la é atingir Lula indiretamente.

Lira age com o fígado. Um primo do deputado foi demitido da chefia do Incra em Alagoas na segunda-feira 15, dia em que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, lançou um plano de reforma agrária para assentar 240 mil famílias até 2026. Desde o início da gestão Lula, o MST queria a cabeça de Wilson César de Lira Santos, nomeado nos tempos de Michel Temer. Lira e Teixeira haviam feito um acordo, segundo apurou *CartaCapital*. Santos permaneceria até março, quando sairia para disputar a eleição municipal de outubro. Ele desistiu de concorrer e desejava manter o cargo. Além do gesto sobre CPIs, Lira facilitou o avanço de uma lei que pune ocupações de terra, pronta para votação definitiva. Um soco no MST.

O episódio do primo veio no embalo de uma troca pública de farpas entre Lira, Lula e o responsável pela articulação política presidencial, o ministro Alexandre Padilha. O deputado tinha ficado uma fera com o fato de correr na mídia a conclusão de que havia demonstrado fraqueza política no episódio da confirmação pelo plenário, em 10 de abril, da prisão do deputado Domingos Brazão, acu-

ZECA RIBEIRO/AG. CÂMARA E RICARDO STUCKERT/PR

PREFEITURA DE JUNDIAÍ/GOVSP

Bolso. Os brasileiros estão otimistas em relação ao futuro, mas acham que a economia está pior agora do que no início de 2023. O custo de vida pesa

sado de mandar matar Marielle Franco. Para o alagoano, a conclusão emanou de Padilha, a quem chamou publicamente de "desafeto" e "incompetente". Lira recusa-se a falar com o ministro faz tempo. Enxerga (e está certo na percepção) alguém que trabalha para miná-lo. "Só de teimosia, o Padilha vai ficar muito tempo" no cargo, declarou Lula também em público.

Ficará mesmo? *CartaCapital* tem ouvido de conselheiros presidenciais que o Planalto vive sérios problemas de coordenação política. Um ministro admite: "O governo está à deriva". Visão idêntica à exposta a portas fechadas a Lula pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Moisés Selerges: "O barco está à deriva". Segundo um colaborador presidencial, a situação de Padilha é delicada. O presidente da Câmara não fala com ele e o Senado não tem tradição de se deixar influenciar pela pasta de Padilha, a Secretaria de Relações Institucionais. A propósito do Senado, aliás, no PT há quem defenda trocar o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, para que este assuma o mandato e reforce a base governista por lá. Lula, além disso, estaria decepcionado com o trabalho de Dias na equipe ministerial. "O Senado desandou", afirma um conselheiro presidencial.

Na área política do Planalto, há quem acredite que as negociações do PT com vistas às eleições de prefeito e vereador precisam levar em conta a necessidade de reforçar candidaturas lulistas ao Senado em 2026. Na terça-feira 16, o jornal *O Estado de S. Paulo* relatou que Davi Alcolumbre, do União Brasil do Amapá, ex-presidente do Senado e candidato a reocupar o cargo em fevereiro, teria feito chegar ao Supremo a avaliação de que, pelo andar da carruagem, há chances de a oposição aumentar o número de representantes na Casa em 2026 e viabilizar a cassação de juízes. *Impeachment* de togado do STF é atribuição do Senado.

Alcolumbre aliou-se à extrema-direita para tentar voltar ao comando do Senado. Como Lira na Câmara, não sabe qual será a posição do governo. Nos bastidores, o líder de Lula no Senado, Jaques Wagner, do PT da Bahia, nunca se compromete com a candidatura de Alcolumbre. Este é chamado por um senador petista de "verdadeiro pai do orçamento secreto". O secretismo acabou, mas deixou o legado de uma explosão de recursos a emendas parlamentares, obras inseridas no orçamento por congressistas. O gigantismo das emendas, 45 bilhões de reais neste ano, contribui para dificultar a vida legislativa de Lula. Wagner concorda: há um parlamentarismo disfarçado. Para um colaborador presidencial, a explosão de emendas causou uma mudança sistêmica nas relações de poder em Brasília, e o petista ainda não sabe como con-

tornar a situação (tem estado a matutar).

Segundo Wagner, o Congresso ganhou poder e manda muito, mas quem paga o pato do mau humor popular é o governo. Lula é aprovado por 50% dos brasileiros e reprovado por 45%, conforme a média de duas pesquisas de março, a Genial/Quaest e a Ipec, ex-Ibope. Um ano atrás, dava 52% a 39%. O pico de aprovação foi no terceiro trimestre, 58% a 37%. Em dezembro, dava 52% a 43%. Com a avaliação do governo, o movimento foi semelhante: após um pico no terceiro trimestre, recuo em dezembro e 2024. Neste ano, 34% da população considera o governo ótimo ou bom, 30% regular e 34%, ruim ou péssimo, na média das pesquisas Datafolha, Genial/Quaest e Ipec.

A queda da popularidade coincide com a desaceleração da economia. O Brasil cresceu 2,9% no ano passado, e a expansão concentrou-se no primeiro semestre (foi de 1,3% entre janeiro e março e de 0,8% de abril a junho). O início do governo teve a retomada dos reajustes reais do salário mínimo e a ampliação da isenção do Imposto de Renda dos trabalhadores com rendimento de até 1,9 mil reais mensais,

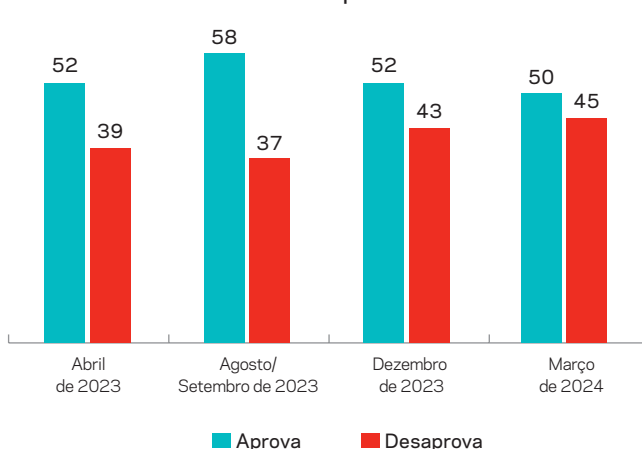
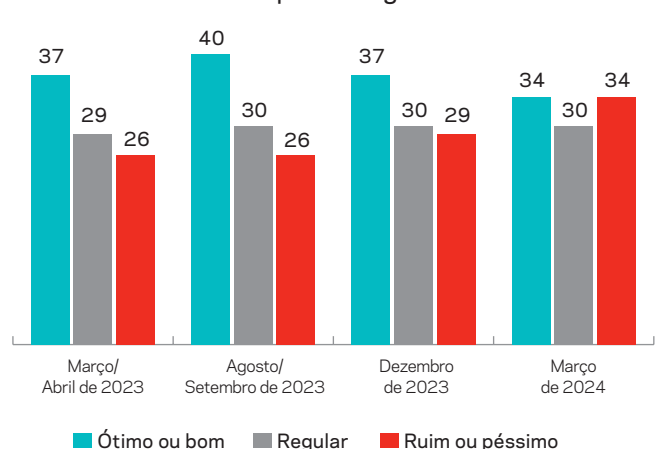
Uma reforma ministerial continua na mesa. A mudança na meta fiscal abre espaço a investimentos

valor que vigorava desde 2015, para 2,6 mil. Para o ano que vem, a equipe econômica propôs subir o mínimo de 1,412 mil para 1,502 mil, ganho real de 2,9%.

Na metade final do ano passado, o PIB parou. Ficou em zero nos dois últimos trimestres. Não à toa, agora em março, 38% dos brasileiros diziam sentir que a economia havia piorado de um ano para cá, enquanto 34% viam tudo na mesma e só 26% acreditavam em melhora, de acordo com a pesquisa Genial/Quaest. Nos dois estados mais populosos, São Paulo e Minas Gerais, lar de 30% da população, o sentimento era mais negativo: 42% dos paulistas e 45% dos mineiros viam piora econômica em 12 meses, e só 23% (nos dois estados), melhora. Menos mal para Lula que ainda predomine a esperança quanto aos próximos 12 meses (46% apostem em melhora e 31%, no contrário).

As previsões do Ministério da Fazenda e do FMI indicam que neste ano o PIB avançará menos do que em 2023. A estimativa atual de ambos é de 2,2%. No dito "mercado", aquele que o Banco Central consulta toda semana, a projeção é de 1,9%. Lula, afirma um conselheiro, empenha-se por provar ao País que a economia vai surpreender. Por trás do verbo, ação. O governo decidiu aceitar que em 2025 as contas públicas fiquem no zero a zero. O plano inicial do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, era um saldo positivo. Caso o Congresso aprove uma meta fiscal "zero", o governo terá mais verba para investir e tentar estimular a economia.

Com menos dinheiro no bolso dos brasileiros, reconhece um ministro, fica mais fácil para a oposição bolsonarista ser bem-sucedida na disputa por corações e mentes, especialmente via redes sociais. Sem esse fator econômico, a declaração de Lula que juntou Israel, Hitler e nazismo em um mesmo comentário a respeito da guerra em Gaza, não teria trazido tanta dor de cabeça. •

A POPULARIDADE DE LULA E SEU GOVERNO

*Fonte: Média das pesquisas Genial/Quaest e Ipec

**Fonte: Média das pesquisas Datafolha, Genial/Quaest e Ipec

O poder da empatia

JUDICIÁRIO Com a providencial intervenção de Barroso, o plenário do CNJ derruba afastamento de Gabriela Hardt e adia julgamento dos malfeitos da Lava Jato

POR RENÉ RUSCHEL

Em 20 de fevereiro, ao julgar uma reclamação disciplinar apresentada pelo PT contra a juíza Gabriela Hardt, substituta de Sergio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba e responsável pela homologação do escandaloso "Fundo da Lava Jato", o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, fez uma clamorosa defesa da magistrada após o corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, impedir o arquivamento do processo antes da conclusão de um processo de correição na 13ª Vara de Curitiba, na qual Moro e Hardt aprontaram. Contrariado com a disposição do colegiado em manter o caso aberto, Barroso chegou a pedir ao conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello "um pouquinho de empatia" com a "moça". "Desde 2019, paira sobre ela, uma juíza, um processo administrativo disciplinar cujas consequências podem ser graves", pontuou o piedoso magistrado. "Ninguém na vida deve estar sujeito a ficar quatro anos sob um inquérito que não termina."

Os resultados da correição foram apresentados por Salomão na segunda-feira 15, um relatório de mais de mil páginas a comprovar que Hardt discutiu e analisou, "previamente e fora dos autos", fato admitido pela própria juíza em depoimento, os termos do acordo para a constituição do tal fundo, uma montanha de 2,5 bilhões de reais que seria repassada pela Petrobras, sob a bênção do Departamento de Justiça dos EUA, para uma fundação administrada pelos procuradores da força-tarefa à margem da supervisão dos órgãos de controle. Observando que os atos atribuídos à juíza poderiam, em tese, configurar os crimes de peculato, corrupção privilegiada e corrupção passiva, o corregedor determinou o afastamento de Hardt da magistratura, bem como do juiz Danilo Pereira Júnior, atual titular da 13ª Vara de Curitiba, e dos desembargadores Carlos Eduardo Thompson Flores e Loraci Flores de Lima, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região – esses últimos acusados de desrespeitar repetidas vezes decisões do STF.

O afastamento de Hardt durou pouco mais de 24 horas. Novamente evocando o longo período que a juíza responde ao processo disciplinar, Barroso considerou "ilegítima, arbitrária e desnecessária" a medida cautelar e abriu divergência no julgamento conduzido pelo CNJ na terça-feira 16. Com o colegiado rachado, o ministro conseguiu anular a decisão monocrática de Salomão pelo apertado placar de 8 votos a 7. Pereira Júnior também conseguiu escapar da punição, ao menos por ora. Já os desembargadores Thompson Flores e Loraci Flores de Lima, integrantes da 8ª Turma do TRF-4, responsável pela revisão das decisões em primeira instância da Lava Jato, não tiveram a mesma sorte. Por 9 votos a 6, o plenário do CNJ decidiu mantê-los afastados de suas funções.

Disputa. Salomão afastou a magistrada. Barroso comoveu-se com a "situação da moça"

APAJUFE, LUIZ SILVEIRA/AGÊNCIA CNJ E SÉRGIO AMARAL/STJ

Confissão. Substituta de Moro, a juíza admitiu ter discutido os termos do acordo que destinou 2,5 bilhões de reais para uma fundação gerida por procuradores

O mérito das acusações não foi analisado. Sempre disponível aos procuradores da Lava Jato, como revelaram os diálogos captados pelo *hacker* Walter Delgatti e apreendidos na Operação Spoofing, da Polícia Federal, Barroso solicitou mais tempo para analisar o relatório de Salomão com mais de mil páginas. A leitura atenta do documento talvez reduza a empatia do ministro com a República de Curitiba. O corregedor apontou a existência de um esquema de *cash back* na Lava Jato. Por meio de cooperação clandestina, à revelia de alerta da Secretaria de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República, autoridades norte-americanas tiveram acesso a provas para usar contra a Petrobras. Em troca, parte da multa aplicada à empresa nos EUA retornaria ao Brasil, para a constituição de uma fundação privada, a ser gerida pelos integrantes da força-tarefa.

O relatório menciona um "atípico direcionamento dos recursos obtidos a partir da homologação de acordos de colaboração e de leniência exclusivamente para a Petrobras". Segundo Salomão, tal direcionamento "teria como finalidade obter o retorno dos valores na forma de pagamento de multa pela Petrobras às autoridades americanas, a partir de acordo *sui generis* de assunção de compromisso para destinação do dinheiro formalmente e originariamente prometido ao Estado Brasileiro – ou seja, dinheiro público – para fins privados e interesses particulares (fundação a ser gerida a favor dos interesses dos mesmos), sem qualquer participação da União". Hardt não apenas tinha conhecimento, como confessou ter discutido os termos do acordo.

Houve um "atípico direcionamento" de recursos para "fins privados", alerta o corregedor

Em depoimento realizado em junho de 2023, ela admitiu que os procuradores da Lava Jato "vieram conversar informalmente" sobre o documento que precisaria ser homologado pelo Judiciário com urgência. "Aí eles me mandaram um esboço do acordo e me pediram, por favor, para não mostrar para ninguém, que era sigiloso." As tratativas com o "Dr. Deltan" e "os meninos da força-tarefa" se

deram por meio de um aplicativo de mensagens. "Acho que até este esboço da fundação veio por mensagem, tá?"

Para encerrar os processos nos EUA, a Petrobras aceitou pagar uma multa de 853,2 milhões de dólares – o equivalente a 4,5 bilhões de reais. As autoridades norte-americanas concordaram em direcionar 80% desse montante, cerca de 682 milhões de dólares, para o Brasil. Para Salomão, os procuradores jamais poderiam ter se apropriado de parte desses recursos, muito menos por meio de "negociações paralelas para flexibilização das regras". Em um país onde a Justiça caminha a passos de tartaruga, a celeridade dos procuradores da Lava Jato neste caso surpreende. O acordo com os EUA foi celebrado pela trupe em 23 de janeiro de 2019. No mesmo dia, às 16h27, a força-tarefa protocolou a petição em juízo. Em menos de 48 horas, às 10h14 de 25 de janeiro, Hardt proferiu a decisão. De forma claramente irregular. A homologação do acordo cível, observa Salomão, foi realizada por um "juízo criminal absolutamente incompetente".

Ainda que o mérito não tenha sido julgado, a reintegração de Hardt é uma péssima sinalização, observa o advogado criminalista Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay: "Com uma votação apertada, a volta ao cargo da juíza, que teve 7 votos duríssimos contra ela, é um ponto que deixa muito mal o Judiciário. Em um caso de tamanha gravidade, ela será mantida em atividade". Talvez tenha pesado a reação corporativa da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), que recriminou a decisão monocrática de Salomão, e da Associação Paranaense dos Juízes Federais (Apajufe), que ameaçou até mobilizar uma greve em solidariedade a Hardt.

No caso dos desembargadores da Oitava Turma do TRF-4, pesou o reiterado descumprimento de decisões do Supremo. O corregedor observou que

O CNJ manteve a suspensão de dois desembarbargadores da Oitava Turma do TRF da 4ª Região

Thompson Flores e Loraci Flores Lima "impulsionaram processos que estavam suspensos por decisão do ministro Ricardo Lewandowski, utilizando-se de prova declarada inválida pelo STF, em comando do ministro Dias Toffoli, que resultaram no restabelecimento de mandados de prisão contra Raul Schmidt Júnior e Tacla Duran".

Antigo prestador de serviços da Odebrecht, o advogado Rodrigo Tacla Duran acusa os procuradores da Lava Jato de cobrar uma "taxa de proteção" para evitar a persecução penal de alvos da operação. Carlos Zucolotto, à época sócio do escritório de advocacia da esposa de Moro, seria um dos intermediários do esquema. Vivendo na Espanha, Tacla Duran se dispôs a viajar ao Brasil para apresentar provas das acusações que tem feito, mas recuou justamente após o TRF-4 restituir a sua prisão. Thompson Flores, convém recordar, é o desembargador que cassou em tempo recorde um *habeas corpus* concedido pelo colega Rogério Favreto para libertar Lula em 8 de julho de 2018, quando assumiu o plantão do tribunal.

Embora citado diversas vezes, Moro ainda não é alvo do CNJ, dividido quanto à possibilidade de incluí-lo no processo. Alguns conselheiros entendem que o ex-juiz pode ser investigado por fatos anteriores à sua saída da magistratura. Nesse caso, poderia ser declarado ficha suja e impedido de disputar novas eleições. Outros entendem, porém, que a pretensão punitiva é indevida, uma vez que o caso foi aberto após Moro pedir exoneração. O CNJ, vale lembrar, analisa apenas a conduta de juízes, razão pela qual o ex-procurador Deltan Dallagnol também não figura entre os alvos. •

SYLVIO SIRANGELO/TRF4

Insubordinado. Thompson Flores desrespeitou decisões do Supremo repetidas vezes

INÊS249

MARJORIE MARONA

Professora do Departamento de Ciências Políticas da UFMG. É coautora de *A Política no Banco dos Réus: a Operação Lava Jato e a Erosão da Democracia no Brasil*

O chororô de Dallagnol

▶ A acusação de uma perseguição política aos juízes da Lava Jato não resiste aos fatos. No Brasil, é o Poder Judiciário que controla a si mesmo

Nos últimos dias, dois episódios sem conexão aparente entre si trouxeram à baila a recorrente discussão acerca dos limites da intervenção judicial e do eventual controle e responsabilização dos magistrados por suas decisões. A disputa que Elon Musk travou com o Supremo Tribunal Federal, pelos ataques diretos proferidos contra o ministro Alexandre de Moraes, rendeu assunto na imprensa nacional e internacional que apontou a suposta "autoridade descomunal" do tribunal sobre a vida dos brasileiros.

Por outro lado, a determinação de afastamento da juíza Gabriela Hardt e de outros três desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, decorrente de correição conduzida pelo Conselho Nacional de Justiça, "passa a mensagem de perseguição política a juízes e desembargadores que atuaram na Lava Jato", segundo o ex-procurador da operação Deltan Dallagnol. Guardadas as discrepâncias entre um e outro caso, pode-se dizer que no primeiro se reclama o controle de que se desdenha no segundo.

O controle sobre o Poder Judiciário (*accountability*) é assunto polêmico *vis-à-vis* do sagrado princípio da independência judicial que se espraia por todas as instâncias jurisdicionais, mas é ainda mais sensível quando se trata do desempenho do STF, ao qual cabe a guarda da Constituição. À indesejável politização da Justiça se opõe a difícil tarefa de estabelecer-se o adequado escopo à judicialização da política nas democracias contemporâneas, impondo freios ao ativismo judicial – especialmente no Supremo.

No Brasil, o STF – e seus ministros, individualmente – possui altos níveis de independência e poder judicial, o que garante que possa exercer efetiva intervenção em virtualmente todos os aspectos da vida política do País. Esse estado de coisas resulta do desenho constitucional e outros aspectos institucionais, reunidos no Regimento Interno do próprio tribunal, por exemplo, que fixam um amplo rol de garantias aos ministros e um farto pacote de instrumentos judiciais à sua disposição para atuarem de modo tão autônomo quanto eficaz. De outra parte, a dinâmica política nacional reforça o protagonismo judicial se não pelo modo como se encaminham as negociações sobre os membros da Corte, pela frequente mobilização estratégica do STF que os convida a tomar parte dos mais variados aspectos da disputa política (e eleitoral).

O atual estado de coisas que envolve a alegada hipertrofia do poder do Supremo – e de seus ministros individualmente – indaga à própria elite política, portanto. Muitos daqueles que se opõem às decisões mais assertivas de Moraes, outrora estiveram a aplaudir posicionamentos individuais igualmente heterodoxos e equivalentemente politizados de Gilmar Mendes, para ficar com um único exemplo. Entretanto, a mais recente polêmica sobre a decisão de Moraes não é mais do que reflexo de um modelo de governança que não prescinde mais da elite judicial, para o bem e para o mal da democracia brasileira.

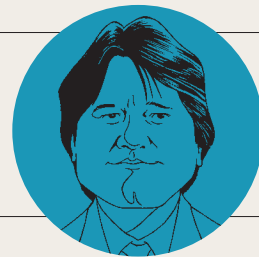
Por outro lado, no amplo descampado em que se espraiam todas as instâncias e jurisdições do Poder Judiciário brasileiro, muitas e mais diversas são as formas em que se ergue o controle público sobre a atuação judicial. No Brasil, assim como em cerca de 60% das democracias no mundo, existe um órgão estatal dedicado à regulação do Poder Judiciário: o Conselho Nacional de Justiça. Os variados formatos que os conselhos da magistratura podem assumir revelam, contudo, que se tem, por um lado, potencial para funcionar como instrumento de *accountability* judicial e, por outro, podem estar a serviço do aprimoramento da gestão da Justiça e mesmo do fortalecimento da independência judicial.

O debate sobre a criação do CNJ apontava, no Brasil, a necessidade de instauração de um mecanismo de controle externo do Poder Judiciário, embora os ministros do STF tenham acolhido sua criação como parte de um processo de aprimoramento da governança judiciária e indução de decisões mais uniformes em todas as instâncias, o que reforça, em último caso, a independência judicial. A acusação de Dallagnol, portanto, não sobrevive a um sopro: o CNJ, na melhor das hipóteses, atua como instrumento de controle interno. O próprio afastamento de Hardt acabou revertido no plenário do Conselho, sem análise do mérito. A política não logrou controlar o Judiciário, que controla a si mesmo. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

PEDRO SERRANO

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)

Cash back

▶ **Recursos bilionários do propalado combate à corrupção na Lava Jato foram desviados para atender a interesses privados, como atesta a investigação da Corregedoria Nacional**

O corregedor nacional de Justiça Luis Felipe Salomão determinou, no ano passado, a realização de correição extraordinária na 13ª Vara Federal de Curitiba e na 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região com o objetivo de apurar os abusos da Lava Jato. Como desdobramento da referida investigação, agora foram afastados, cautelarmente, juízes e desembargadores em razão de indícios de violações aos deveres de prudência, independência, imparcialidade e transparência, além de possível prática dos crimes de peculato, prevaricação e corrupção.

O corregedor apontou, mais especificamente, que "a ideia de combate à corrupção foi transformada em uma espécie de *cash back* para interesses privados", na medida em que foram envidados esforços para que recursos bilionários obtidos por meio de acordos de colaboração premiada, leniência, apreensão de bens e cooperações jurídicas internacionais fossem desviados para proveito de uma fundação privada da Lava Jato. Foram apontados ainda reiterados descumprimentos de ordens do Supremo Tribunal Federal.

Referidos afastamentos cautelares são, inegavelmente, mais um importante capítulo de desfazimento da farsa lavajatista. Como é sabido, os últimos anos foram emblemáticos em revelar os escândalos da Lava Jato, a qual acarretou efeitos nefastos para os direitos fundamentais e para a nossa democracia, consoante inclusive reconhecido por instâncias do Judiciário brasileiro e das Nações Unidas. Muito além de violar formalismos processuais ou de manifestar, simplesmente, uma interpretação rigorosamente punitivista de normas jurídicas, a Lava Jato fulminou a própria relação que se estabelece entre o Estado e os indivíduos em termos civilizatórios, subverteu a nossa democracia constitucional e destruiu mercados estruturantes da economia brasileira.

O projeto de domínio político e de ascensão messiânica de agentes públicos fica evidenciado, inclusive, através do conhecimento, agora inquestionavelmente público e notório, de que a Lava Jato visava criar uma fundação privada, com um grupo restrito de acionistas minoritários, que receberia aportes bilionários derivados do propalado combate à corrupção.

Ademais, a espetacularização de investigações e operações policiais, a teatralização do devido processo legal e o apogeu do discurso punitivista valeram-se da quebra do princípio da imparcialidade, de cooperações jurídicas internacionais selvagens, de vazamentos seletivos de informações sigilosas, de colaborações premiadas e de acordos de leniência como meios irrefutáveis de prova, de tratamento desumano e degradante a investigados e réus e, dentre inúmeros outros exemplos, de buscas, apreensões, conduções coercitivas e prisões preventivas ilegais.

Muito além de mero erro judicial, solipsismo, ativismo ou de qualquer manifestação de decisionismo voluntarista, a Lava Jato valeu-se de desafiadoras estratégias de caça às bruxas e de deslegitimação. Regras de prevenção abrangentes, modelo de força-tarefa fortalecedor de personalismos e de protagonismo individual e fragilização do sistema acusatório serviram às aspirações individuais dos seus integrantes.

A história humana não ocorre através de fases estanques, como às vezes a descrição didática em períodos transparece. Elementos de conformação política e social do período anterior podem ser – e comumente são – identificados nos subsequentes. Inexistem, inclusive, garantias contra retrocessos e involuções. O autoritarismo e a exceção lavajatistas devem ser constantemente desnudados.

A exceção caracteriza-se por uma provisoriedade inerente, pois não trata de extinguir o Direito, mas de suspendê-lo em situações específicas. Deparamo-nos, ainda, com um poder que se apresenta de forma bruta e, por consequência, por sua não autolimitação, nem mesmo por qualquer regra de coerência ou racionalidade. A decisão judicial de exceção não se influencia nem produz "jurisprudência" para situações semelhantes juridicamente. Mudando-se os atores envolvidos ou o fim político, muda-se a decisão.

Não podemos subestimar a Lava Jato. O olhar para o futuro pressupõe o reconhecimento dos nossos fracassos, a insuficiência dos nossos manuais clássicos em responder aos desafios contemporâneos e a falibilidade das nossas instituições. O efetivo avanço na prevenção, na investigação e na repressão da corrupção no Brasil requer, ainda, preservação da memória histórica e, de acordo com o devido processo legal, o sancionamento de agentes públicos. Nesse contexto, os mais recentes desdobramentos investigatórios da Lava Jato assumem particular significado e relevância. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

O mar vai virar sertão

CLIMA O processo de desertificação extrapola as fronteiras do Nordeste e estende-se ao Sudeste e ao Pantanal

POR FABÍOLA MENDONÇA

Uma área de quase 6 mil quilômetros quadrados, do norte da Bahia até a fronteira sul de Pernambuco, foi rebaixada do clima semiárido para o árido. A confirmação consta de um levantamento publicado recentemente pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, a partir da análise do índice de aridez e de precipitação de chuvas em todo o Brasil. Segundo o estudo, os climas semiúmido seco e semiárido extrapolam os limites nordestinos e de algumas regiões de Minas Gerais e Espírito Santo, e alcança outras áreas, principalmente o norte do Rio de Janeiro e o Pantanal, em Mato Grosso do Sul. O aumento da temperatura só não afetou ainda os estados do Sul do País e os litorais carioca e paulista.

"As áreas semiáridas estão em expansão, mas ainda se concentram no Nordeste. Mas o subúmido seco, que ficava ali normalmente na borda do semiárido, a gente percebe no Rio e no Pantanal", afirma Javier Tomasella, engenheiro de recursos hídricos do Inpe e um dos autores da pesquisa. "Se olharmos para o Brasil como um todo, vemos que o clima em outras regiões tem mudado, para uma dimensão mais quente, mais seco, não só no semiárido", completa Ana Paula Cunha, pesquisadora do Cemaden e outra integrante da equipe responsável pelo estudo. O aumento da temperatura faz a atmosfera absorver mais água e o clima torna-se mais seco. Para identificar a mudança, o Inpe e o Cemaden utilizaram dados dos últimos 60 anos e compararam o índice de aridez em blocos de 30 em 30 anos, para estabelecer a razão entre a precipitação e a evapotranspiração, a combinação da evaporação da água no solo e da transpiração pelas plantas. "É como se a gente pegasse tudo que entra de água no sistema e dividisse por tudo que sai", explica Tomasella.

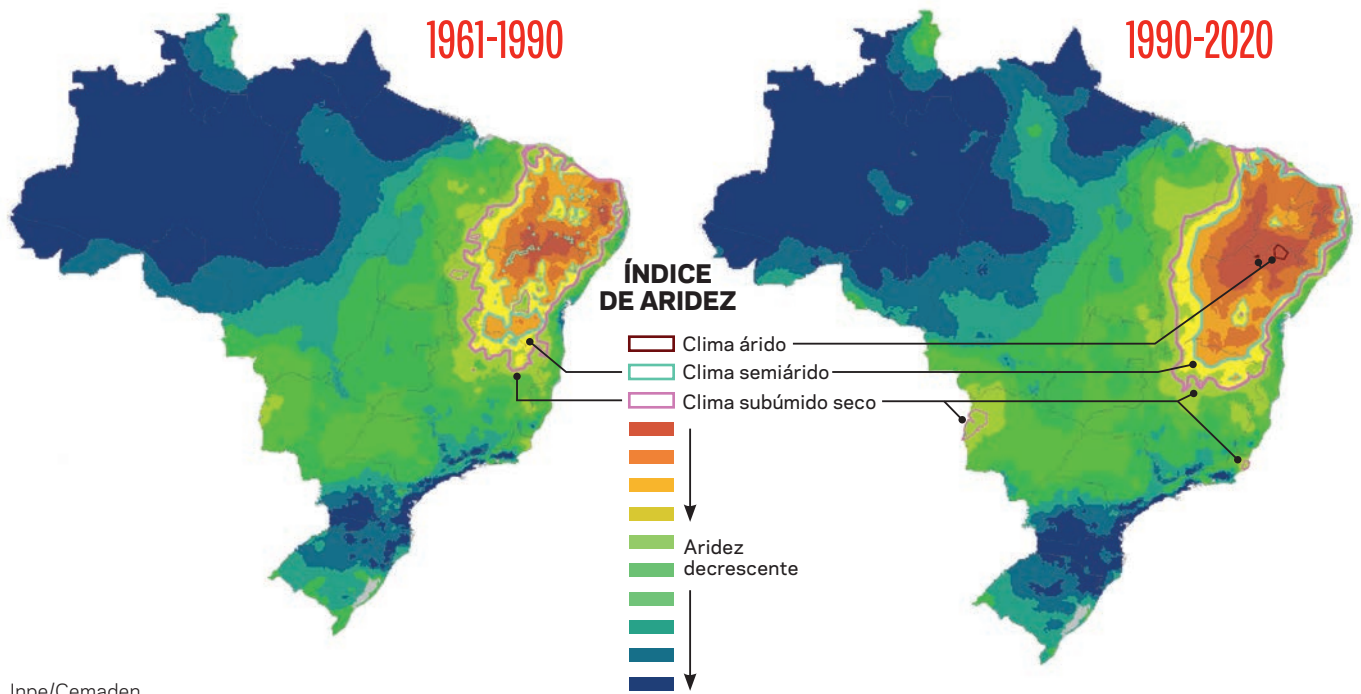
Pela Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, o índice de aridez entre 0,05 e 0,2 é considerado clima árido, estágio identificado na Bahia, que atingiu a marca de 0,18. A variação de 0,2 a 0,5 é característica do semiárido, comum no bioma da caatinga nordestina e de parte do Espírito Santo e Minas Gerais. De 0,5 a 0,65, é subúmido seco, área antes restrita ao entorno do semiárido, que se expandiu para outras regiões do País. Ao contrário do que muita gente pensa, mesmo com o aumento da temperatura, no Brasil não há nenhuma área com características de deserto, cujo clima é hiperárido e com índice de aridez inferior a 0,05. A confusão acontece porque há uma interpretação equivocada de que uma região em processo de desertificação apresenta características de deserto. "São coisas distintas. Quando a gente fala em degradação de áreas semiáridas, a gente está falando de desertificação. Deserto, propriamente dito, é o clima hiperárido e não existe no Brasil", diz Cunha. "Essa aceleração da aridização no País, a expansão da área subúmida seca para fora da Região Nordeste, o aumento do semiárido e o aparecimento do clima árido na Bahia estão muito mais relacionados ao aumento de temperatura, que cresce desde a década de 1960. Ou seja, estão relacionados às mudanças climáticas antropogênicas. E as projeções são de que a temperatura vai continuar subindo."

> O Ministério do Meio Ambiente quer captar recursos internacionais para combater o fenômeno

Doutor em Meteorologia, o cientista Humberto Barbosa, coordenador do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites da Universidade Federal de Alagoas, faz um acompanhamento em tempo real das condições climáticas no Nordeste. Além da aridez identificada na Bahia, as pesquisas de Barbosa apontam outras regiões com características de desertificação, uma vez que considera fatores além do clima. "É preciso envolver três componentes para dizer o que acontece nas terras secas. Tenho de olhar o clima, a cobertura vegetal e o balanço de energia na atmosfera para entender que processos causam essa dinâmica, essa mudança rápida de temperatura",

AVANÇO DA ARIDEZ

O aquecimento global está por trás da expansão dos climas semiárido e subúmido seco

Inpe/Cemaden

descreve o meteorologista, ao citar a região do Cariri paraibano como um enclave em processo de desertificação.

Estudo realizado pelos Tribunais de Contas de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe identificou uma extensa área de degradação ambiental no semiárido nordestino, aspecto a se somar aos dados dos pesquisadores. "Em alguns municípios, 80% dos territórios estão comprometidos e correm o risco de desertificação. Há, inclusive, muita área que não tem cobertura vegetal e está abandonada. Muitos municípios são pobres e deficientes tecnicamente. Existe uma falta de coordenação na implementação de uma política pública eficaz", diz Paulo Henrique Cavalcanti, auditor do TCE de Pernambuco. "O problema da desertificação não tem fronteira, tem coisa ali que vai contaminando, vai se alastrando. O governo federal tem de fazer a coordenação geral, por meio de uma política nacional."

O Ministério do Meio Ambiente deve apresentar, até o fim do ano, o segundo Plano de Ação Brasileira de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, com políticas públicas voltadas para minimizar o problema. Em caráter mais imediato, o ministério finaliza um programa de captação de recursos que deve ser apresentado na próxima Conferência do Clima, em dezembro, na Arábia Saudita. "Corremos contra o tempo para esse programa ser um dos principais instrumentos que vamos levar à COP-16, para que a gente possa dialogar com os fundos globais de mudança do clima e captar recursos para implementar políticas públicas de forma mais robusta, com ação de impacto concreto", conta Alexandre Pires, diretor de combate à desertificação da pasta.

Estado mais afetado pela aridez, a Bahia desenvolve o Plano Estadual de Ação e Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e o Plano Estadual de Convivência com o Semiárido. "Temos ações transversais, com políticas públicas voltadas para as macrorregiões que vão desde monitoramento das barragens até a recuperação de mata ciliar e recursos hídricos, replantio de mudas de árvore e instalação de programas de dessalinização de água", descreve Eduardo Martins Sodré, secretário estadual do Meio Ambiente. •

Aedes do bem?

SAÚDE Pesquisadores expressam preocupação com a liberação de mosquitos transgênicos para combater a dengue

POR FELIPE CASTANHEIRA

Em 2014, a multinacional da biotecnologia Oxitec recebeu autorização da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança para a implementação do "*Aedes* do Bem" no Brasil. De acordo com a empresa, o mosquito geneticamente modificado é fatal para as fêmeas, responsáveis pelo contágio da doença, que morrem ainda na fase larval. Resultado: redução de 90% no número de insetos. Após uma fase de testes na cidade baiana de Jacobina e na paulista Indaiatuba, o produto passou a ser oferecido a prefeituras e entidades privadas. Hoje, a empresa tem contratos vigentes com cinco municípios, as mineiras Patos de Minas e Congonhas, pioneira no uso massivo da tecnologia, Manaus (AM), Segredo (RS) e Suzano (SP). A mais recente linha do produto é a caixa residencial, que pode ser comprada no *e-commerce* da Oxitec e entregue nas regiões Sul e Sudeste pelos Correios.

Apesar do sucesso comercial, a tecnologia tem sido contestada por biólogos e agrônomos. Segundo eles, o processo de avaliação de risco usado para esse tipo de tecnologia da CTNBio é frágil e está submetido a fortes pressões comerciais. José Maria Gusman é um dos críticos. O ecólogo e professor da Uniara, integrante da CTNBio por três gestões, acompanhou o processo de liberação da primeira versão do mosquito geneticamente modificado, onde foi voto vencido. "Ele foi liberado como se fosse uma planta. A CTNBio tinha normas adequadas para a avaliação da soltura de insetos alados e usou parâmetros criados para avaliar riscos associados ao uso de plantas transgênicas", relembra.

Um ponto destacado pelo pesquisador é o risco de outras espécies tomarem o espaço deixado com a eliminação do *Aedes aegypti*, principalmente pelo *Aedes albopictus*, que no passado ocupou áreas urbanas e acabou "expulsa" para matas e arredores das áreas urbanas durante a proliferação da "concorrente". "A supressão quase total de populações locais de *Aedes aegypti* tenderá a provocar fluxos de migração de populações locais de *Aedes albopictus*, comprometendo os objetivos de redução da doença da dengue pelo simples fato de que um novo vetor da doença ocupará nichos ecológicos abruptamente abandonados pelo principal competidor." De acordo com a Oxitec, uma pesquisa comprova que, após a supressão da liberação dos "Mosquitos do Bem", as áreas voltam a ser ocupadas pela população natural do *aegypti*, mas a pesquisa não analisa se outras espécies tomam o território durante a liberação dos transgênicos, nem os eventuais efeitos sobre a saúde humana.

Faltariam mais estudos sobre a tecnologia, dizem especialistas. A Oxitec, detentora da patente, contesta

Gusman argumenta que a lacuna é problemática, pois o *albopictus* também é transmissor da dengue e da chikungunya, além da febre amarela e outras doenças. "A pesquisa da Oxitec observa os efeitos no *aegypti*, mas podemos ter problemas justamente com outras espécies e as pesquisas observam

Kit. Os fabricantes expandiram os negócios e agora oferecem as caixas residenciais, além de ampliar os contratos com prefeituras País afora

LÚCIO BERNARDO JR./AGÊNCIA BRASÍLIA E ISTOCKPHOTO

apenas o período após o fim da liberação dos transgênicos, quando se deveria observar também o que ocorre com outras espécies durante a presença deles no ambiente”, descreve. A situação é ainda mais grave, afirma, quando a liberação de mosquitos se dá em todo o País. “Apenas com um estudo feito em duas cidades não podemos deduzir que as populações de mosquitos de ambientes tão diferentes como os encontrados na Amazônia ou no Rio Grande do Sul vão ser as mesmas.”

O engenheiro agrônomo e representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário na CTNBio, Leonardo Melgarejo, entende que uma das falhas da liberação foi não levar em consideração condições comuns no Brasil, que podem permitir a reprodução de fêmeas descendentes dos mosquitos geneticamente modificados. “Desconsiderou-se que, no ambiente natural das condições de vida das populações mais afetadas pela dengue, que são aquelas que moram nas áreas insalubres, existe, em abundância, a presença de antibióticos que vão destravar o mecanismo de controle”, argumenta. A afirmação baseia-se em um estudo da pesquisadora Helen Wallace, da Universidade de Oxford, segundo o qual a tetraciclina, antibiótico também usado no tratamento de água, funciona como um “interruptor químico”. Dessa forma, as fêmeas que deveriam morrer antes de atingir a idade adulta têm a chance de crescer e se reproduzir. Os experimentos apresentados pela Oxitec, aponta Melgarejo, não levam em consideração a presença de fossas sépticas rasas e esgotos a céu aberto, nos quais a presença do medicamento pode apresentar grande variação.

Para a diretora-geral da Oxitec no Brasil, Natália Verza, todas as informações necessárias para a soltura do *“Aedes* do Bem” foram encaminhadas e a solicita-

Pioneirismo. A mineira Congonhas foi a primeira cidade a adotar de forma ampla o uso de mosquitos transgênicos contra a proliferação do *Aedes*

ção de uso comercial da segunda geração do mosquito, apresentada em 2020, foi aprovada. "Após essa liberação, lançou-se um protocolo de acompanhamento, chamado de monitoramento, depois da liberação comercial e que após dois anos todas as liberações feitas com essa tecnologia deveriam ser acompanhadas. Apresentamos o relatório final desse acompanhamento em 2022 para a CTNBio e ele foi aprovado por unanimidade", destacou.

Gusman e Melgarejo analisam a situação de forma diferente. Eles afirmam que muitos dos avaliadores da CTNBio responsáveis por analisar tais projetos são pesquisadores vinculados às pesquisas de transgênicos e não teriam interesse em se contrapor, pois poderiam também ser prejudicados. "Hoje existe uma desregulamentação muito grande nesse sentido. É cada vez mais fácil se aprovar o uso de transgênicos no País, mas no caso de se liberar um vetor de uma doença as consequências podem ser graves."

A Oxitec prepara-se para ampliar suas vendas e agora conta com representantes comerciais para fazer contato com as prefeituras. O contrato entre a empresa e a prefeitura de Congonhas, de 15 milhões de reais, foi feito por intermédio da Call Clean. Em fevereiro, o uso do "*Aedes* do Bem" pela cidade foi notícia em vários portais mineiros e ganhou destaque no *Jornal Nacional*. Uma representante da prefeitura apontou na ocasião uma redução drástica no número de casos na cidade, graças ao uso do transgênico. Dois meses depois da reportagem ter sido levada ao ar, o último levantamento da prefeitura mostra que são 2.691 casos notificados de dengue e 862 confirmados.

Sobre a efetividade do mosquito na redução da dengue, Verza explica que a empresa oferece um produto para combater o vetor. "O que precisamos ter em mente é que a solução é para o controle do mosquito, não é uma solução para o controle da doença. É o mesmo princípio aplicado pelos inseticidas. Quando uma empresa química faz uma pesquisa para matar os insetos, ela mostra que mata os insetos. Da mesma maneira, a Oxitec demonstra que faz o controle dos mosquitos. Como o *Aedes* é o vetor, espera-se que isso se reflita nos resultados da doença." Cabe à prefeitura, acrescenta a executiva, avaliar a efetividade do produto, recolhendo e comparando os dados sobre a doença.

> "A solução é para o controle do mosquito, não da doença", diz Natália Verza, da Oxitec

Em 2019, uma pesquisa publicada na revista *Scientific Reports* gerou notícias sensacionalistas de que a liberação dos "*Aedes* do Bem" em Jacobina produziu um mosquito ainda mais resistente e de maior capacidade de disseminação de doenças. A publicação científica foi conduzida por Jeffrey Powell, da Universidade Yale e contava com a coautoria de sete pesquisadores brasileiros, que trabalhavam em cooperação com a Oxitec. A repercussão incomodou seis dos coautores brasileiros, que retiraram seus nomes do artigo, alegando não terem aprovado o texto final.

A situação rendeu um "editorial de expressão de preocupação" por parte da revista, corroborado por seis dos coautores brasileiros, mas rejeitada por Powell, três pesquisadores norte-americanos e pelo geneticista Aldo Malavasi, professor aposentado da USP e fundador da Moscamed, biofábrica de mosquitos então associada à Oxitec. Os resultados da pesquisa também não foram contestados pela empresa. O trabalho não afirmava que iriam surgir supermosquitos após o cruzamento dos transgênicos com as espécies locais, apenas que parte do material genético dos mosquitos liberados ainda estava presente no ambiente e que eram necessários mais estudos para avaliar as consequências do uso da tecnologia. A própria documentação apresentada pela companhia reconhecia que até 3% do material genético poderia ser encontrado em gerações posteriores. •

ISTOCKPHOTO

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Economista, consultor editorial de *CartaCapital* e ex-presidente do Palmeiras. É autor, entre outras obras, de *Valor e Capitalismo* e *Os Antecedentes da Tormenta*

Ditadura tecnológica

▶ **A máquina das redes sociais impele Musk e seus sicários bolsonaristas como uma turba disposta a linchar Moraes**

A instantaneidade que impera em nossos tempos apagou rapidamente na mídia e nas redes o episódio que envolveu o bilionário Elon Musk e o ministro do STF Alexandre de Moraes.

Devo acentuar a palavra instantaneidade. Ela significa os modos linguísticos que se apresentam na sociabilidade das redes sociais construídas no interior das plataformas. Assim funcionam as comunicações e as opiniões que circulam no Facebook, Instagram, WhatsApp, X (outrora Twitter).

Musk e seus sicários bolsonaristas invocaram a liberdade de expressão para atacar o STF na pessoa do ministro Alexandre de Moraes. A propósito dessa reivindicação libertária muskiana e bolsonarista, vou cometer a ousadia de perpetrar algumas considerações inspiradas em autores que trataram do mundo das plataformas.

Franco "Bifo" Berardi esclarece as diferenças estruturais entre as funções institucionais de Moraes e o modo de operação das plataformas na defesa da liberdade de expressão.

Berardi estabelece uma distinção entre as formas tecnológicas dominantes no antigo "sistema de máquinas" e aquelas impulsionadas pelos avanços da Inteligência Artificial, da internet das coisas, da nanotecnologia e da robótica.

"Passamos de um regime disciplinar a um regime de controle. No primeiro caso, a máquina constituiu-se diante do corpo e da mente humana, era externa em relação ao corpo que permanecia corpo pré-técnico. Por isso, o corpo-mente devia ser regulado normativa, legal e institucionalmente, para, em seguida, ser submetido ao ritmo das máquinas concatenadas.

"No segundo caso, o que se nos apresenta hoje, a máquina não está mais diante, e sim dentro do corpo, dentro da mente, e os corpos não podem se relacionar nem a mente se expressar sem o suporte técnico da máquina biopolítica. Por isso, não é mais necessário o trabalho de disciplinamento político, legislativo, jurídico. O controle dá-se inteiramente a partir da própria máquina interna.

"Não somente a máquina, mas sua concepção também sofre uma mutação nessa passagem. Na época digital, a máquina é diferença de informação, não exterioridade, mas sim modelação linguística, automatismo lógico e cognitivo."

Em entrevista à *Folha de S.Paulo*, Stuart Russell, professor de Ciência da Computação da Universidade da Califórnia-Berkeley afirmou:

"Estamos construindo sistemas cada vez mais poderosos que não entendemos e não controlamos. Temos de resolver o problema do controle. Os governos deveriam exigir que as empresas garantam que seus sistemas se comportem adequadamente".

Evgeny Morozov, no livro *Big Tech*, citou o debate entre Gilles Deleuze e Antonio Negri nos anos 90 do século passado, quando as formas tecnológicas, hoje dominantes, já mostravam suas forças.

"Como disse Gilles Deleuze em conversa com Antonio Negri em 1990, 'em face das formas próximas de um controle incessante em meio aberto, é possível que os confinamentos mais duros pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente'. Essa conexão entre a aparente abertura da nossa infraestrutura tecnológica e o grau cada vez maior de controle continua a ser pouco compreendida."

Nesse processo de autotransformação, é importante compreender que a materialidade do sistema de máquinas entrega sua alma ao comando do "General Intellect". Assim, um certo Karl Marx, ainda no século XIX, observou: "... O desenvolvimento do capital fixo (sistema de máquinas) indica o grau em que o conhecimento social se tornou uma força direta de produção e em que medida, portanto, o processo da vida social foi colocado sob o controle do General Intellect e passou a ser transformado de acordo com ele".

Em seu desenvolvimento, a Indústria 4.0 exprime o avanço do sistema de máquinas promovido pelo General Intellect. A nova fase da digitalização é conduzida pelo aumento do volume de dados, ampliação do poder computacional e conectividade, a emergência de capacidades analíticas aplicada aos negócios, novas formas de interação entre homem e máquina, e na transferência de instruções digitais para o mundo físico.

As redes sociais devem ser observadas no âmbito dessas transformações tecnológicas. Prometidas como o espaço do movimento livre das ideias e das opiniões, se transformaram num calabouço policialesco em que o debate livre de ideias é substituído pela vigilância e pelo cancelamento. A vigilância exige convicções esféricas, maciças, impenetráveis, perfeitas. A vigilância deve adquirir aquela solidez própria da turba enfurecida, disposta ao linchamento. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Herança maldita

ANÁLISE A ditadura impôs a ideologia da guerra na segurança pública

POR DANIEL CERQUEIRA*

Por ocasião dos 60 anos do golpe que implantou a ditadura no Brasil, os protofascistas de plantão aproveitaram para lembrar o cenário idílico que reinava na segurança pública. Nada mais falso, no entanto.

No período militar, não apenas se observou o recorde de crescimento nas taxas de crimes no País, em particular dos homicídios, como se contratou a crise e o esgarçamento da segurança pública nas décadas seguintes. De fato, enquanto o aumento da taxa de homicídios na década de 1980 foi de 90%, nas duas décadas posteriores tal variação foi de 18% e 6%. Ou seja, nos anos 80, o crescimento da taxa de homicídios foi 751% maior do que na média das duas décadas posteriores. O que ocorreu?

A escalada de crimes violentos que se deu de forma mais intensiva na década de 80 e se prolongou nas décadas posteriores é resultado de decisões equivocadas dos militares, não apenas no plano socioeconômico, mas no que diz respeito ao funcionamento das instituições do sistema de segurança pública.

Relativamente à questão socioeconômica, em 1970 o Brasil passou a ser um país com população majoritariamente urbana. Uma década depois, mais 30 milhões de habitantes passaram a residir nas grandes cidades. Nesse enredo, os militares do "Brasil Grande" escolheram subsidiar a indústria e o petróleo em detrimento do investimento nos cidadãos. Alguns números. Em 1980, dos indivíduos com mais de 15 anos, 25,9% eram analfabetos. Em média, o brasileiro possuía menos de quatro anos de estudo. Apenas 19% das crianças de 4 a 6 anos e 56% dos jovens de 15 a 17 anos estavam matriculados na escola, respectivamente.

O ambiente urbano caótico dos anos 80, juntamente com o aumento da desigualdade de renda, estagnação econômica, hiperinflação e uma escola excludente e para poucos, que se deu como consequência de decisões políticas e econômicas equivocadas da era militar, criaram o cenário propício para o aumento das tensões e crimes nas grandes metrópoles.

No que se refere ao sistema de segurança pública estrito senso, os militares impuseram uma ideologia de guerra e do controle pelo medo e coerção aos indesejáveis, isto é, os "subversivos", os pobres, os negros e moradores das periferias. Nessa jornada, a ditadura extinguiu as Guardas Civis e apostou na hipertrofia das Polícias Militares, em detrimento das Polícias Civis e da capacidade investigativa. O resultado foi o limiar do encarceramento em massa e o sucateamento da investigação. Com efeito, entre 1980 e 2001, o número de detentos aumentou quase quatro vezes. Enquanto no começo dos anos 80, a cada 100 homicídios a polícia prendia 62 homicidas, esse índice caiu, no entanto, pela metade apenas dez anos depois. Ou seja, privilegiou-se a prisão do ladrão de galinha, aquele detido pela PM no policiamento ostensivo, em detrimento das prisões qualificadas de criminosos contumazes, que exigem boa investigação e trabalho de inteligência policial.

> Houve uma hipertrofia da PM, em detrimento da Polícia Civil e da capacidade de investigação

Não fosse pouco o estrago, a ditadura avançou ainda mais para desarticular

Prende e arrebenta. A PM desde sempre foi treinada para se valer do medo e da coerção, em especial contra pobres, pretos e periféricos

KENJI HONDA/ESTADÃO CONTEÚDO

qualquer possibilidade de construção de um modelo de segurança pública efetivo, ao aproximar os militares da comunidade de repressão política aos policiais das polícias estaduais. Norteado pela doutrina de segurança nacional, o Sistema Nacional de Informações, criado logo após o golpe militar, se utilizava de informações dos Departamentos de Ordem Política e Social, subordinados às Secretarias de Segurança Pública, e dos policiais civis. A partir de 1967, com a criação do Centro de Informações do Exército, a máquina da repressão passou não apenas a participar da coleta de informações, mas da repressão direta, reforçando a lógica da brutalidade e da tortura nas polícias.

Nos estertores da ditadura, vários militares envolvidos com a repressão passaram a atuar na contravenção e no crime organizado. Entre os mais conhecidos, o Capitão Guimarães, chefe do jogo do bicho, idealizou a profissionalização da contravenção no Rio de Janeiro, no melhor estilo da máfia italiana, dividindo os territórios pelas famílias. Outro nome notório é o do Coronel Paulo Magalhães, torturador confesso que liderou uma milícia na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

Um efeito colateral da repressão política foi ainda a criação da primeira facção criminosa, a Falange Vermelha, o atual Comando Vermelho. Fundada em 1979 por presos do Presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande, seus idealizadores, que visavam melhorar as condições precárias dos detentos, aprenderam na convivência com os presos políticos os métodos, valores e meios de financiamento para fazer funcionar uma organização clandestina. O seu lema, "Paz, Justiça e Liberdade", bem como as regras estatutárias terminaram servindo de modelo para a criação do Primeiro Comando da Capital, fundado em 1993, e para as cerca de 70 facções criminais que existem no Brasil atualmente, nascidas sempre nos cárceres, como resultado das condições precárias dos presídios desencadeadas pelo descaso do Estado e pelo encarceramento em massa.

Finalmente, mesmo o regime tendo sido encerrado em 1985, os militares das Forças Armadas conseguiram tutelar a Constituinte e impor suas concepções no tema da segurança pública para cristalizar o modelo que vigia, por meio da imposição do artigo 144: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos (...) [e cita as polícias]".

Com isso, apesar de no artigo 6º a segurança pública constar como um direito social, tal anseio terminou virando letra morta pela redação do entulho autoritário retardado, o artigo 144, que obstaculizou qualquer possibilidade de se avançar para a construção de um sistema de segurança pública integrado, multissetorial e efetivo para a garantia dos direitos fundamentais de cidadania, fazendo com que continuemos voltando nossos olhos ainda hoje para um discurso abstrato de ordem a ser ministrado pelas polícias. •

**Pesquisador do Ipea, coordenador do Atlas da Violência e professor do PPGSEG-UVV. Autor de* Causas e Consequências do Crime no Brasil.

Roda livre

INDÚSTRIA AUTOMOTIVA O Programa Mover atrai o dobro de investimentos previstos pelo governo, mas fica a dever definições em relação ao etanol

POR CARLOS DRUMMOND

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, conhecida pela sigla Anfavea, inaugurou, na sexta-feira 12, sua nova sede em São Paulo, com a presença do Lula e bons motivos para celebrar. As adesões de montadoras ao programa Mobilidade Verde e Inovação, o Mover, reúnem até agora investimentos de 125 bilhões, o dobro do que o governo previa. Não por acaso, a entidade já projeta a produção de 3 milhões de carros, caminhões e ônibus em 2026, acima do recorde histórico de 2014, de 2,79 milhões de unidades.

“A expectativa é de que esse mercado possa ser retomado, com os novos investimentos, a recomposição do poder de compra do trabalhador a partir da política de valorização do salário mínimo, a taxa de desemprego em queda, com redução da desigualdade social, a queda dos juros, o marco de garantias, que reduz o *spread* para financiamentos e a volta do papel dos bancos públicos ao financiamento”, ressalta o economista Uallace Moreira, secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). É bem possível, acrescenta Moreira, que essa retomada alcance adiante 80% da capacidade instalada, o que corresponde a 3,8 milhões de veículos.

O bom momento do setor contém, porém, uma interrogação a respeito do etanol, solução brasileira engenhosa de combustível renovável para a indústria automobilística, desenvolvida de modo pioneiro 49 anos atrás, com a criação do Proálcool, em resposta ao choque dos preços do petróleo. “Já temos uma tecnologia nacional. O grande desafio é se essa tecnologia vai ganhar espaço no mercado mundial, se o mundo vai absorver um carro híbrido-flex a etanol, para depender das exportações do etanol brasileiro. Algumas pessoas apostam que a China, os EUA e a Índia seriam mercados, pois também têm produção de etanol. O Mercosul é um desafio. Não se sabe se, de fato, vai acontecer”, aponta Moreira. “No curto prazo, acho que o híbrido é o caminho. Agora, tem de ter vinculada aí uma política que garanta a oferta do etanol”, diz o secretário do MDIC.

> **O híbrido-flex parece ser o caminho, mas é preciso uma política para garantir a oferta do biocombustível**

A maior parte das montadoras instaladas no País prefere hoje produzir o veículo híbrido-flex, com opções para o uso da eletricidade ou do etanol. O MDIC sempre disse que não fará sugestão de rota tecnológica preferencial para a descarbonização, deixando essa escolha a cargo de cada montadora, mas um estudo da LCA/MTempo Capital, intitulado *Trajetórias Tecnológicas Mais Eficientes para a Descarbonização da Mobilidade,* aponta a importância do posicionamento estratégico do País no cenário global em relação a esse assunto. Caso a eletrificação da frota automotiva brasileira ocorra com predomínio dos veículos híbridos, haverá impactos positivos significativos devido à consolidação, no Brasil, do uso do etanol e do desenvolvimento das tecnologias associadas ao uso desse combustível por uma parcela significativa dos veículos.

Na hipótese de predomínio dos veículos elétricos à bateria, as análises indicam perdas potenciais para a economia brasileira. Os biocombustíveis renováveis ilustram, segundo o estudo, como a construção pioneira de vantagens comparativas,

mediante longos processos de aprendizado e de investimento público e privado, capacita o Brasil a "abrir avenidas de protagonismo internacional". São exemplos dessa possibilidade o etanol de segunda geração, o biometano, o biodiesel de várias fontes, o diesel verde, novos combustíveis sintéticos para diversos usos e o hidrogênio de baixa emissão de carbono.

Aposta. A tendência de eletrificação da frota é global, mas o Brasil tem muito a ganhar se conseguir fazer com que o modelo também movido a álcool conquiste o mercado mundial

TOYOTA/KINTO/99 E GILSON ABREU/PORTOS DO PARANÁ/GOVPR

Há nações com capacidade ou interesse no desenvolvimento da rota do etanol para uso misto em motores a combustão ou em veículos híbridos, caso dos EUA, México, Índia, Indonésia, Colômbia e Panamá. "Para esses países, há espaço interessante de cooperação em áreas nas quais o Brasil tem domínio de tecnologia e processos, a exemplo dos motores e componentes *flexfuel*, de veículos elétricos híbridos (HEV) e veículos elétricos híbridos *plug-in* (PHEV) a etanol", sublinham os autores do estudo sobre trajetórias tecnológicas.

A tendência à eletrificação dos automóveis é, contudo, global e faz parte das estratégias de praticamente todas as montadoras. O avanço da eletrificação das frotas de

veículos leves mundo afora é significativo. A participação de carros elétricos nas vendas totais globais passou de 9%, em 2021, para 14% em 2022. A participação da China beira 60%. "Esse crescimento pujante é fruto de quase uma década de políticas públicas para os *early adopters*, os pioneiros nessa tecnologia", destaca o trabalho da LCA/MTempo Capital. Um exemplo dessas políticas, cabe acrescentar, é a concessão de 6 mil dólares de estímulo à compra de um carro elétrico produzido nos EUA. A Europa é o segundo maior mercado de elétricos, com 25% das vendas globais, com destaque para Noruega, Suécia, Holanda e Alemanha. Nos EUA, as vendas de veículos leves eletrificados representaram cerca de 8% do total em 2022.

A corrida das montadoras estrangeiras para investir no Brasil e aproveitar os créditos do programa sugere uma retomada do potencial econômico do País e o acerto da política traduzida no Mover. "As empresas estão correndo para se habilitar, porque, se acabarem os 3,5 bilhões de reais em incentivo fiscal e financeiro deste ano, não vão ter mais como fazê-lo, a gente não tem dinheiro além disso", diz Moreira. Os incentivos totalizarão 19,3 bilhões até 2028. Uma semana atrás, o MDIC habilitou as primeiras 23 empresas no programa e há 18 solicitações à espera.

O programa prevê um fundo para o setor de autopeças, dizimado com a abrupta abertura da economia na década de 1990

O Mover prevê créditos financeiros para montadoras que investirem em pesquisa, desenvolvimento e produção tecnológica que contribuam para a descarbonização da frota de carros, ônibus e caminhões. A empresa que adere ao programa precisa gerar tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, agregar valor no Brasil, exportar, aumentar o grau de reciclagem dos produtos e descarbonizar. As montadoras participantes são obrigadas a cumprir um cronograma financeiro dos investimentos e apresentar a sua execução periodicamente, sob pena de não ter direito ao dinheiro do benefício fiscal, chama atenção Moreira.

O programa incentiva maior inserção nas cadeias globais de valor, diversificando o mercado e estimulando exportações, que é um avanço muito grande do programa. Dentro das suas rotas tecnológicas, explora biocombustível, hidrogênio verde, carros elétricos. Envolve qualificação do emprego, com preparação de trabalhadores para desenvolver as novas rotas tecnológicas, fortalecimento do ecossistema em pesquisa e desenvolvimento e prevê sanções administrativas se, eventualmente, empresas não cumprirem o cronograma de investimentos apresentado para ser habilitadas ao programa. Quanto mais a empresa aumentar o teor de produção local e a correspondente agregação de valor, maior será o benefício tributário e fiscal, mediante crédito financeiro.

O Mover está integrado com outras políticas que exploram novas fontes energéticas para o processo de descarbonização como o programa Combustível do Futuro, ao Programa Brasileiro de Etiquetagem e ao Renovabio, e esse é outro fator de atração para os investimentos das empresas. "O critério talvez mais importante do projeto é que a empresa se beneficia conforme a agregação de valor. As que fizerem montagem simples ou CKD não podem ter o mesmo volume de benefícios tributários concedidos àquelas que fabricam aqui", explica o secretário do MDIC.

O programa prevê ainda um fundo nacional para projetos do setor de autopeças, dizimado com a abertura indiscriminada dos anos 1990. Em 1994, 51,9% das empresas do setor eram de capital nacional e, em 2001, apenas 22,8%, aponta Moreira, autor de trabalho acadêmico sobre o tema.

O excerto a seguir, de um artigo publicado no portal da Bolsa Nasdaq, dos EUA, sugere uma repercussão do programa brasileiro além das fronteiras: "As montadoras estão acelerando os investimentos no Brasil em meio à crescente importância do País como centro de inovação automotiva e iniciativas de sustentabilidade. O País iniciou seu Programa Nacional de Mobilidade Verde e Inovação, com o objetivo de reduzir as emissões de carbono da frota automotiva por meio de incentivos fiscais". •

Retorno. A China investiu muito para consolidar o carro elétrico como padrão mundial

BYD BRASIL

Especial

CartaCapital

Minha Casa, Minha Vida

O PROGRAMA COMPLETA 15 ANOS COM VIGOROSO IMPULSO À CONSTRUÇÃO

POR GENILSON CEZAR

ISTOCKPHOTO

CHAVES NA MÃO

HABITAÇÃO O Minha Casa, Minha Vida debuta com 7,7 milhões de moradias contratadas e outras 2 milhões previstas até 2026

Com a impressionante marca de 7,7 milhões de moradias populares contratadas desde 2009, o programa Minha Casa, Minha Vida, retomado vigorosamente pelo governo Lula no ano passado, deu mais um passo decisivo na quarta-feira 10, visando a incorporação de novos agrupamentos familiares em situação de vulnerabilidade. Em evento realizado no Palácio do Planalto, o presidente anunciou a destinação de 112,5 mil unidades habitacionais para mais de 440 mil brasileiros de áreas urbanas e rurais, incluindo comunidades tradicionais, como povos quilombolas e indígenas, além de famílias organizadas pelos movimentos de luta por moradia.

As novidades no programa habitacional, dentro das modalidades Rural e Entidades, incluem contratações que privilegiam critérios sociais e a liberação de imóveis da União para requalificação e reforma. O investimento é de 11,6 bilhões de reais, informa o ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho. "Este é um feito extraordinário e que demonstra, mais uma vez, a grandeza e o alcance do programa lançado pelo presidente Lula em 2009."

As novas contratações refletem uma preocupação com o social, segundo o ministro. Das 75 mil unidades do Minha Casa, Minha Vida Rural, que serão construídas em 1.274 municípios brasileiros, ao menos 37% serão destinadas a comunidades tradicionais ou a trabalhadores rurais assentados. "São mais de 14 mil moradias para as famílias quilombolas e quase 6 mil para os indígenas", diz Jader Filho. "Agora, podemos adaptar as especificações das casas à cultura, ao uso, às práticas e aos costumes dos povos tradicionais."

O presidente Lula ressalta a melhora da qualidade das construções nessa nova etapa do programa. "A casa precisa ter um espaço diferenciado", diz. "Muita gente tinha dúvida de que as entidades teriam condições de construir as casas, e me deu orgulho quando o ministro Jader Filho disse que as entidades fazem casas melhores que as das construtoras."

Criado em março de 2009, o programa Minha Casa, Minha Vida foi retomado pelo governo federal ainda no primeiro mês do novo mandato. É o maior programa habitacional da história do País e tem como meta contratar mais 2 milhões de novas moradias até 2026. No início do atual mandato, havia cerca de 180 mil unidades habitacionais não concluídas no programa, incluindo obras paralisadas, em andamento ou com pendências de legalização e entrega, localizadas em mais de mil municípios brasileiros. Estão sendo retomados, em 64 cidades, 113 empreendimentos que estavam inconclusos e que resultarão na entrega de 31,36 mil novas moradias.

Em março deste ano, o Ministério das Cidades lançou em Belém a força-tarefa "Bota Pra Andar", com o objetivo de diagnosticar soluções que destravem outras obras do Minha Casa, Minha Vida com pendências técnicas ou paralisadas em todo o País. O Pará foi escolhido para o lançamento por ter o maior número de empreendimentos com esse perfil. De acordo com o Ministério das Cidades, mais de 16 mil unidades habitacionais estavam com obras inacabadas no estado.

As mudanças efetuadas no programa para aquisição de moradia pela população de menor renda foram efetivadas por meio do Decreto nº 11.439, assinado pelo presidente Lula em 20 de março de

Novo púbico. O programa lançará 112,5 mil unidades para famílias organizadas por movimentos e comunidades tradicionais

RICARDO STUCKERT/PR E PREFEITURA DE LAURO DE FREITAS/GOVBA

2023, regulamentando a Medida Provisória nº 1.162/23 e oficializando a retomada do Minha Casa, Minha Vida. O principal objetivo é promover o direito à moradia a famílias residentes em áreas urbanas e rurais, associado ao desenvolvimento urbano e econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação da qualidade de vida da população. Três meses depois do relançamento, o governo federal já havia entregue à população 4.785 unidades habitacionais.

As principais mudanças tratam do aumento do valor máximo de renda dos beneficiários e da retomada da Faixa 1 como público prioritário do programa. Para essas famílias, a renda foi atualizada para 2.640 reais mensais em áreas urbanas e 31.680 reais anuais no campo. Esse grupo engloba as pessoas que vivem em situação de maior vulnerabilidade e que correspondem a 74% do déficit habitacional urbano.

A Faixa 2 do programa engloba famílias com renda mensal entre 2.640 e 4.400 reais, no ambiente urbano, e renda anual de 31.680 a 52.800 reais, nas áreas rurais. Já a Faixa 3, compreende famílias com renda mensal de 4.400 até 8 mil reais, na região urbana, e com renda bruta anual entre 52.800 e 96 mil reais no campo.

Para as famílias de menor renda, o subsídio pode chegar a 95% do valor do imóvel

Outro ponto marcante no retorno do Minha Casa, Minha Vida foi a adoção de novas regras referentes à isenção do pagamento de prestações. Os beneficiários que recebem o Bolsa Família ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC) passaram a ficar isentos do pagamento de mensalidades e recebem o imóvel quitado. Outras famílias do programa receberam isenções de 60 parcelas para quitar o imóvel na metade do prazo previsto (120 meses).

O programa prioriza também famílias em situação de rua, de risco ou de grande vulnerabilidade, além daquelas que têm mulheres como chefe ou pessoas com deficiência e crianças e adolescentes em sua composição. Para o deputado federal Guilherme Boulos, do PSOL, que por muito tempo esteve à frente do movimento por moradia para os trabalhadores sem-teto, a retomada do Minha Casa, Minha Vida é crucial não apenas do ponto de vista da oferta de moradia, mas também da geração de emprego e renda.

"Mesmo na cidade mais rica do País, que teria condições de fazer muito mais do que tem feito, pensando inclusive no volume de pessoas em situação de rua, que superou 60 mil pessoas e aumentou significativamente nos últimos anos, o Minha Casa, Minha Vida é responsável pelo maior empreendimento de habitação social: o Copa do Povo, na Zona Leste de São Paulo", diz Boulos. São 2.650 residências distribuídas em prédios de 12 andares, com apartamentos de 68 metros quadrados com varanda, um aporte de 453 milhões de reais do governo federal na modalidade Entidades, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MTST. "Haverá contribuição dos governos municipal e estadual, mas sem o programa a construção seria impossível."

O governo federal também aumentou a parte que a União pode pagar em relação a moradias para a Faixa 1. Agora, o subsídio pode chegar a 95% – 140 mil reais nas cidades e 60 mil em áreas rurais. De acordo com o decreto, ficou definida a responsabilidade dos ministérios das Cidades e da Fazenda de estabelecer os critérios e periodicidade para a atualização das subvenções econômicas a serem concedidas às famílias, com recursos do Orçamento Geral da União, bem como as metas de contratação e a remuneração dos agentes financeiros para atuação no programa.

Até dezembro de 2023, 462,3 mil moradias foram financiadas por meio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS, com valor total de 75,4 bilhões de reais em 3.410 municípios. Ao longo do ano, foram selecionadas 187,57 mil moradias em 1.259 novos empreendimentos da Faixa 1 para receber investimentos do programa.

Dinâmica. Vários setores da economia são beneficiados, entre eles o comércio de material de construção

REGINA DE ASSIS E ISTOCKPHOTO

ABRINDO PORTAS

Os principais números do programa

Mais de **7,7 MILHÕES** de moradias contratadas

2 MILHÕES de moradias até 2026

Público-alvo: famílias com renda mensal de até **8 MIL REAIS**

462,3 MIL moradias financiadas por meio do FGTS até 2023 em 3.410 cidades, um investimento de 75,4 bilhões de reais

Mais de **21 MIL MORADIAS** entregues às famílias em 2023. **22 MIL UNIDADES** que estavam com obras paralisadas foram retomadas

Déficit habitacional de **6,2 MILHÕES** de domicílios

Em fevereiro deste ano, o governo federal realizou os primeiros contratos do novo Minha Casa, Minha Vida, após a retomada do programa em fevereiro de 2023. A primeira contratação ocorreu no residencial Pôr do Sol, em Jaguariúna, no interior de São Paulo. Mais de 460 pessoas serão beneficiadas com a construção de 115 casas com 47 metros quadrados. As moradias são destinadas à Faixa 1, voltada para famílias com renda mensal de até 2.640 reais. "Depois de cinco anos, o Minha Casa, Minha Vida tem um novo contrato e, com isso, estamos reiniciando as obras pelo País", celebra Jader Filho. O projeto já foi adaptado às novas exigências estabelecidas pelo governo para a construção de habitações populares: casas maiores que 40 metros quadrados, duas placas fotovoltaicas por unidade habitacional, áreas de convivência coletiva e Caixa Selo Azul de Sustentabilidade. "É um formato que agrega mais preocupação com sustentabilidade e uso de energia renovável."

Com investimento de 21,4 milhões de reais, sendo 14,9 milhões do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e 6,5 milhões de contrapartida municipal, as novas moradias devem ser entregues 18 meses após a data de contratação. A meta para 2024 é contratar 187,5 mil novas habitações com investimentos do FAR. Para os primeiros quatro meses deste ano, está prevista a entrega de, aproximadamente, 7.350 unidades habitacionais.

"É um projeto moderno, que preza pela sustentabilidade e está caprichado", comenta o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. "Finalmente, a política habitacional que valoriza o bem-estar do povo está de volta. Milhões de brasileiros voltaram a sonhar com a casa própria e isso significa proteção social." •

MINISTÉRIO DAS CIDADES

TIJOLO POR TIJOLO

IMPULSO Os investimentos do governo federal em habitação pavimentam a retomada da indústria da construção civil

Além de possibilitar o acesso a moradias dignas e confortáveis a milhares de famílias brasileiras, especialmente as de baixa renda, o programa Minha Casa, Minha Vida, agora retomado pelo governo do presidente Lula, deve impactar diretamente no desenvolvimento mais acelerado da indústria de construção civil do País. Não é pouco. São quase 150 mil empresas envolvidas na cadeia da construção de habitações e obras de infraestrutura, grandes, pequenas e médias construtoras, incorporadoras, projetistas, arquitetos, fornecedores de materiais, máquinas e equipamentos, que empregam diretamente, com carteira assinada, em torno de 2,2 milhões de pessoas. A receita bruta da construção é de, aproximadamente, 400 bilhões de reais, segundo levantamento do IBGE.

"Estamos muito animados com as mudanças das regras, principalmente porque impactaram no poder de compra das famílias e ampliaram as possibilidades de construção de habitações em várias regiões do Brasil, especialmente do Norte e Nordeste", avalia Daniela Ferrari Toscano de Britto, vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo (SindusCon), a reunir as principais empresas do setor.

Segundo ela, ao menos duas novas medidas do programa do governo, a redução das taxas de juro e o aumento do teto de financiamento dos imóveis, aumentaram a capacidade das famílias para aquisição da casa própria, reduzindo a necessidade da entrada. "O que se espera é que as famílias de menor renda, até 2,6 mil reais, que foram beneficiadas, consigam adquirir o seu primeiro imóvel. Esse impacto social é admirável."

A meta estabelecida pelo governo federal para o programa Minha Casa, Minha Vida, de 2 milhões de moradias até 2026, significa a contratação de cerca de 500 mil unidades habitacionais por ano, e é plenamente factível, de acordo com o SindusCon paulista. "Isso é muita coisa para o setor da construção, pois estamos falando de empreendimentos de interesse social em várias regiões do País e que abrem novas frentes de atividades para a nossa indústria", observa Britto. "Muitas construtoras vão retomar a compra de terrenos para construção de imóveis, fazer o licenciamento de projetos, contratar empreendimentos junto à Caixa

> **A venda de novos imóveis bateu recorde no Brasil, com crescimento de 32,6% em 2023**

REDES SOCIAIS E SINDUSCON-SP

Econômica Federal, terceirizar serviços e realizar parcerias com fornecedores de materiais, principalmente pequenas e médias empresas."

Para os empresários da construção civil, o impacto da anunciada meta de construção de 2 milhões de moradias pode não ser, certamente, tão agressivo, num primeiro momento. Mas as medidas já começaram a refletir positivamente junto às construtoras e incorporadoras, a partir do segundo semestre de 2023, com uma produção 24% acima do primeiro semestre, aponta Luiz França, presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias, a Abrainc. "Em 2023, registramos uma produção total de 87 bilhões de reais em habitação popular, crescimento de 49% em relação a 2022", comenta. "Esse aumento resultou no financiamento de 438 mil moradias, contribuindo para que 11% do saldo positivo dos empregos formais fossem gerados no setor da construção, conforme relatório do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Caged."

Fuja do aluguel. Famílias de baixa renda agora conseguem realizar o sonho da casa própria, diz Daniela Ferrari, do SindusCon

A alta demanda não traz preocupação para a indústria da construção no que tange à capacidade de atendimento com qualidade, garante França. "Hoje, temos um mercado imobiliário dinâmico e equilibrado, com empresas bem capitalizadas e com grande capacidade de produção."

A avaliação é compartilhada por Rodrigo Luna, presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais ou Comerciais (Secovi) de São Paulo. "As construtoras brasileiras estão muito bem preparadas para enfrentar esses novos desafios e atentas para fazer adaptações e lançar produtos que sejam adequados ao que a população está esperando", avalia o dirigente. De acordo com as análises do Secovi, o mercado imobiliário brasileiro encerrou 2023 de maneira positiva. De janeiro a dezembro, houve crescimento de 32,6% nas vendas de imóveis novos, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Foram comercializadas 163.108 unidades. Somente no segmento do Minha Casa, Minha Vida, o volume de unidades comercializadas cresceu 42,2% em 2023.

As vendas de imóveis econômicos, como são denominados os empreendimentos imobiliários destinados às famílias de menor renda, vêm crescendo na capital paulista, observa Luna. Em 2023, foram comercializadas 35,9 mil unidades enquadradas no programa Minha Casa, Minha Vida. "Foi o melhor ano da série histórica, com crescimento de 5% em relação a 2022", diz o presidente do Secovi-SP, que também integra a diretoria da incorporadora Plano&Plano, pre-

Financiamento. O orçamento do FGTS para habitação soma 107 bilhões de reais, o maior valor da história

BRUNO CORRÊA/NITRO IMAGENS

sente em mais de 15 cidades espalhadas pelo País. "Estamos tendo um crescimento médio em torno de 35% nos últimos anos, é bastante robusto. Só no último ano, a Plano&Plano lançou 12 mil unidades habitacionais, 90% das quais dentro do programa Minha Casa, Minha Vida", diz Luna. Outras grandes construtoras, como a MRV Engenharia, Direcional, Rossi, Tenda, CAC e Vitale também atuam na construção de habitações populares.

As novas diretrizes do programa Minha Casa, Minha Vida trazem mais um grande desafio, a geração de empregos, tanto diretamente pelas construtoras, como pelas empresas terceirizadas de serviços da construção e pelas companhias fabricantes de materiais. Segundo dados do SindusCon, a indústria da construção é responsável por, aproximadamente, 7% das pessoas ocupadas no Brasil, diretamente ou terceirizadas, o que equivale a 7,4 milhões de trabalhadores. Nos últimos quatro anos, a construção gerou um total de 691 mil novos vínculos com carteira assinada. E em 2023 foram criados 158,94 mil novos postos de trabalho na construção civil, o equivalente a 10,7% do total de 1,4 milhão de empregos criados no País.

Novas contratações foram efetivadas este ano, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Em fevereiro, foram criados 35 mil novos postos, totalizando 81,7 mil no primeiro bimestre do ano. No acumulado de 12 meses até fevereiro, foram cerca de 180 mil. "Mesmo assim há, atualmente, grande pressão por mão de obra no setor da construção civil", analisa Fábio Tadeu Araújo, CEO da Brain Inteligência Estratégia, consultoria especializada no mercado imobiliário. "O setor tem gerado empregos de qualidade e com carteira assinada. A taxa de desemprego

> No segmento do Minha Casa, Minha Vida, as vendas de novas unidades cresceram 42,2% no ano passado

vem caindo em todo o País. Por isso, hoje, a competição por mão de obra é grande e há certa dificuldade para encontrá-la."

Várias construtoras têm relatado dificuldades para a contratação e retenção de profissionais. "A indústria de construção sempre comenta sobre a escassez de mão de obra. A geração mais nova tem evitado o trabalho braçal, na indústria de construção, e busca oportunidades em sistemas de montagem, de operação de máquinas, uma função especializada que leva mais tempo de formar", explica Daniela Ferrari, vice-presidente do SindusCon paulista. "O maior desafio é contratar pessoal para atividades que, cada vez mais, requerem qualificação. Devido aos avanços tecnológicos, canteiros de obras transformaram-se em linhas de montagem."

De todo modo, a expansão do programa Minha Casa, Minha Vida terá também como consequência o estímulo às construtoras para realizarem mais investimentos em itens de sustentabilidade e produtividade em projetos e execução, barateando, inclusive, os preços dos imóveis. A projeção do setor para este ano é crescer substancialmente em relação ao ano passado, que já foi um ano muito bom, segundo avaliação da consultoria Brain. "Existe uma previsão de que o crédito imobiliário cresça em torno de 4% a 5%", celebra Araújo. "No segmento específico do Minha Casa, Minha Vida, seguramente veremos uma forte aceleração, uma vez que temos o maior orçamento do FGTS da história. São 107 bilhões de reais. Imaginamos que o desempenho de unidades lançadas, em geral no setor, deve ficar um pouco superior ao do ano passado, na casa de 10%." •

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Economista, foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, e diretor-executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países

A mudança da meta fiscal

▶ Não vale a pena impressionar-se com grunhidos do mercado e da mídia, originados por análises de base frágil

O ministro da Fazenda anunciou há pouco a revisão da meta de resultado primário para 2025, reduzindo-a de um superávit de 0,5% para déficit zero. Como seria de se esperar, o mercado e a mídia reagiram mal. Alega-se que o risco fiscal aumentou, com consequências negativas para a economia. Há base para isso?

A questão é complexa. O espaço não permite tratar aqui de todos os aspectos relevantes. Remeto à versão mais longa deste artigo, publicada na edição *online* de *CartaCapital*.

Um dos principais argumentos utilizados pelos críticos é que o afrouxamento da meta resultaria em aumento das taxas de juro de longo prazo. Este aumento provocaria, por sua vez, uma diminuição do crescimento econômico.

Em apertada síntese, como dizem os advogados, o argumento deles é o seguinte: a meta menos ambiciosa levaria a uma desconfiança do mercado, que passaria a cobrar juros mais altos para emprestar ao governo a prazos mais longos. O investimento e o consumo de duráveis, que dependem do custo do crédito, determinado pelos juros longos, seriam prejudicados e a economia cresceria menos. Isso contraria o argumento keynesiano tradicional, que frisa o aumento da demanda agregada resultante de uma política fiscal mais flexível, com resultado positivo sobre o crescimento econômico.

A abordagem não keynesiana preferida pelos economistas de mercado tem um aspecto paradoxal: a expansão fiscal (via diminuição do resultado primário) pode ser *contracionista* e, da mesma forma, a contração fiscal (aumento do primário) pode ser *expansionista*. A expansão contracionista ocorreria sempre que o impacto recessivo via juros sobrepujasse o impacto expansivo via demanda agregada.

Todo paradoxo é intelectualmente instigante. Instigante, mas não necessariamente verdadeiro. É o caso deste. O efeito recessivo é baseado em conjecturas difíceis de respaldar quantitativamente. Qual o impacto da mudança da meta sobre as percepções de risco do mercado e a sua demanda por títulos mais longos? E se houver aumento expressivo dos juros longos, qual o efeito sobre o investimento e o consumo de duráveis? Não há como dimensionar esses efeitos com segurança e de forma inequívoca.

Já o impacto expansivo, sobretudo de um aumento do gasto, é mais direto e se faz sentir mais rapidamente. A maior despesa pública, permitida pela meta mais modesta, resulta em expansão da demanda e gera aumento da produção, desde que exista alguma capacidade instalada ociosa e trabalhadores desempregados. Assim, é pouco provável que o efeito recessivo dos juros prevaleça sobre o impacto expansionista do gasto. Esse último é claro e direto; o primeiro é incerto e sujeito a conjecturas. O paradoxo desfaz-se na prática. A expansão fiscal tende a ser expansionista mesmo. E a contração fiscal, contracionista.

Ressalte-se que a meta um pouco mais modesta e mais realista aumenta a flexibilidade do governo. Abre algum espaço para continuar com a política de gradual aumento do salário mínimo em termos reais, para o fortalecimento das transferências sociais e para a recuperação do investimento público, que continua deprimido. Mesmo que a nova meta seja de difícil cumprimento, exigindo considerável disciplina e obstruindo políticas públicas que o governo considera prioritárias.

Seja como for, não vale a pena impressionar-se muito com ruídos e grunhidos do mercado e da mídia. Baseiam-se, em grande parte, em análises tendenciosas e de base técnica frágil.

Um comentário final sobre as hipocrisias do mercado e da mídia. A preocupação deles é realmente com o "risco fiscal"? Esse risco depende, claro, do tamanho do déficit e do aumento da dívida pública. O que nem sempre se frisa é que o déficit relevante não é o primário, mas o déficit *total*, que inclui também os juros da dívida. O aumento da dívida corresponde ao déficit total, que é, por definição, a soma do déficit primário (a diferença entre os gastos e as receitas não financeiras) e das despesas líquidas de juros (despesas financeiras brutas menos as receitas de juros).

Ora, isso significa que mesmo com um superávit primário ou déficit pequeno, a dívida pode crescer rapidamente se a despesa financeira líquida for pesada. É exatamente o que ocorre no Brasil em consequência da elevada taxa de juros praticada pelo Banco Central. A responsabilidade monetária desemboca em irresponsabilidade fiscal – paradoxo, este sim, válido. Em 2024, estima-se que a despesa líquida de juros será da ordem de 6,1% do PIB; o déficit primário, em torno de 0,7% do PIB. O déficit é sobretudo financeiro, com os juros respondendo por, aproximadamente, 90% do total!

Portanto, o principal fator de "risco fiscal" é a taxa de juros. Pergunta insincera: por que será que o mercado e a mídia nunca reclamam dela? •

paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

Teatro de guerra

ORIENTE MÉDIO Por ora, Israel e Irã limitam-se a bravatas, mas qualquer passo em falso é capaz de entornar o caldo

POR SERGIO LIRIO

A reunião do "gabinete de guerra" israelense na terça-feira 16, o terceiro encontro desde o lançamento dos mísseis e drones pelo Irã no sábado 13, manteve o suspense. O primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, promete revidar, mas não disse quando nem com qual intensidade. Desenrola-se, por enquanto, uma coreografia em campo minado, na qual um único passo em falso pode provocar a definitiva escalada do conflito no Oriente Médio, além das costumeiras ameaças. Enquanto Daniel Hagari, porta-voz das Forças Armadas de Israel, garante que os agressores "não ficarão impunes", Ebrahim Raisi, presidente iraniano, adverte: o "menor movimento" contra o país receberá em troca "uma resposta feroz, generalizada e dolorosa".

Pelo histórico, antigo e recente, é pouco provável que Netanyahu, cuja permanência no poder depende do prolongamento da ocupação na Faixa de Gaza e da provocação aos inimigos na região, atenda aos apelos dos aliados ocidentais por algum grau de moderação na desforra. O desespero e a irresponsabilidade do *premier*, acuado internamente, tornam imprevisível o desfecho do confronto. Uma escalada no embate com Teerã inevitavelmente envolveria os Estados Unidos, a contragosto. Por força de atração, viriam o Reino Unido e a União Europeia, e de repulsa, a China e a Rússia. Seis meses de esforços diplomáticos iriam pelo ralo.

Não é prudente descartar o cálculo político israelense ao atear fogo no "parque". A matança indiscriminada em Gaza afastou velhos parceiros, a ponto de os Estados Unidos enviarem a Tel-Aviv um claro sinal de descontentamento ao se abster na votação do Conselho de Segurança das Nações Unidas que aprovou a resolução pelo imediato cessar-fogo. Um certo abandono norte-americano coincidiu com o crescente número de líderes mundiais que finalmente passaram a usar a palavra correta para descrever a vingança contra os palestinos: genocídio. Uma capa recente da revista britânica *The Economist*, porta-voz da elite financeira global e insuspeita de "antissemitismo", deu o tom. "Israel sozinho", dizia o título. De repente, uma bomba lançada contra a embaixada do Irã em Damasco, na Síria, mata dois generais e cinco oficiais da Guarda Revolucionária, ataque negado por Israel e que viola as mais básicas regras das leis internacionais. Uma violência assim descrita por especialistas independentes a serviço da ONU: "Todos os países estão proibidos de privar arbitrariamente os indivíduos do seu direito à vida em operações militares no estrangeiro, inclusive no combate ao terrorismo. Os assassinatos em territórios estrangeiros são arbitrários quando não são autorizados pelo direito internacional".

> **Netanyahu aproveita a oportunidade para trocar a imagem de agressor pela de agredido**

A sequência dos fatos não fugiu ao *script*. O alerta dos aiatolás, anunciado com prudente antecedência, pareceu ter o objetivo de dar uma satisfação aos iranianos. Dos 300 drones e mísseis, lançados de bases distantes dos alvos, 99% foram interceptados pelo sistema de defesa israelense, por navios dos EUA e por parceiros no Oriente Médio. Os poucos que driblaram os escudos de defesa e entraram em território israelense atingiram alvos militares sem danos graves à infraestrutura nem mortes. As ruas de Teerã andam, no entanto, repletas de nacionalistas em festa, orgulhosos da retaliação ao "pequeno Satã". Ao mesmo tempo, Netanyahu livrou-se momentaneamente da imagem de agressor – e de violador do direito internacional – e adotou as vestes humildes de agredido. Bom para o *premier*, bom para os parceiros ocidentais, em particular os Estados Unidos, novamente autorizados a ignorar a barbárie contra os palestinos, a pregar o direito inalienável de Israel à autodefesa e a investir contra o inimigo preferido na região, o Irã.

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 48
The Observer. Indianos nacionalistas investem contra a minoria muçulmana

Desculpa perfeita. O ataque iraniano, previamente avisado, permitiu a Biden reafirmar o apoio incondicional a Israel e chancelar o massacre em Gaza ordenado por Bibi

AFP/TV E CAMERON SMITH/CASA BRANCA OFICIAL

O presidente norte-americano, Joe Biden, às voltas com a campanha presidencial, aproveitou a deixa. No domingo 14, poucas horas depois do ataque iraniano, o democrata, sempre pronto a bloquear qualquer sanção a Israel, convocou uma reunião do G7 e do Conselho de Segurança da ONU para propor medidas contra Teerã. Por conta do bloqueio de China e Rússia, a reunião terminou em impasse. Embora tenha condenado de maneira inequívoca o ataque iraniano, António Guterres, diretor-geral das Nações Unidas, voltou a clamar por um cessar-fogo e pela paz. “É o momento de recuar do abismo”, discursou, “para evitar qualquer ação que possa levar a grandes confrontos militares em múltiplas frentes no Oriente Médio”. Em paralelo, Washington anunciou a intenção de adotar novos bloqueios econômicos e financeiros contra o regime dos aiatolás, mas rejeitou, por ora, uma ação militar em apoio a Israel.

Em meio ao teatro da guerra, o drama dos palestinos ficou em segundo plano, o que não significa uma melhora na situação. Ao contrário. Na quarta-feira 17, o bombardeio de um mercado no campo de refugiados de Maghazi deixou ao menos 56 mortos. O número de vítimas fatais desde o início dos ataques israelenses, em outubro, aproxima-se dos 35 mil. Segundo a ONU, cerca de 40% da ajuda humanitária foi ou tem sido bloqueada na fronteira de Gaza, o que aumenta a fome da população, limita o atendimento médico e agrava as doenças. “Lidamos com essa dança: damos um passo para a frente, dois para trás, ou dois passos para a frente, um passo para trás, o que nos deixa basicamente no mesmo ponto”, lamenta Andrea De Domenico, chefe do escritório de coordenação de Assuntos Humanitários no Território Palestino Ocupado. “Para cada nova oportunidade encontraremos mais um desafio. Água, saneamento e saúde são fundamentais para conter a fome.”

P.S.: O jornalismo, como de costume, é outra vítima. Além dos cerca de 70 profissionais mortos em Gaza até o momento e da expulsão da rede de tevê Al Jazeera de Israel, por sua cobertura crítica em relação ao governo Netanyahu, o jornal norte-americano *The New York Times* baixou um édito interno. Ao escrever sobre os acontecimentos na região, os funcionários da casa estão proibidos de usar os seguintes termos: “genocídio”, “limpeza étnica” e “território ocupado”. Tudo, é claro, em nome da precisão e da imparcialidade. •

A ira dos deuses

The Observer Em uma região sagrada para o hinduísmo, os muçulmanos são perseguidos e humilhados

POR HANNAH ELLIS-PETERSEN E AAKASH HASSAN, DE UTTARAKHAND, ÍNDIA

Há séculos conhecido como "terra de Deus", nas alturas da cordilheira do Himalaia, o estado indiano de Uttarakhand abriga milhares de templos da religião hindu e alguns de seus locais de peregrinação mais sagrados. Enquanto o nacionalismo hindu se tornava a força política dominante na Índia sob o primeiro-ministro Narendra Modi, durante a última década, o governo foi, no entanto, acusado de usar como arma política o estatuto sagrado de Uttarakhand e transformar a região em um "laboratório" para políticas radicais e discursos de extrema-direita contra a minoria muçulmana.

Com o início das gigantescas eleições na Índia em 19 de abril, que abrangem um período de seis semanas, Modi e seu Partido Bharatiya Janata (*BJP na sigla em inglês*) deverão continuar no poder. Durante a última década, a Índia cresceu e tornou-se a quinta maior economia do mundo, mas o governo de Modi é acusado por grupos de direitos humanos de um autoritarismo crescente e de adotar políticas *hindutva* (*primeiro o hinduísmo*) que corroem os direitos das minorias, em particular os 200 milhões de muçulmanos. Há previsões de que o BJP prosseguirá com sua agenda se for reeleito. Embora Modi tenha negado as acusações de que vai reescrever a Constituição secular para consagrar a Índia como um país de predominância hindu, observadores políticos apontaram Uttarakhand como uma clara visão do que um terceiro mandato do *premier* pode significar para a frágil democracia secular da Índia.

Em 2021, em Haridwar, a cidade mais sagrada de Uttarakhand, um encontro conhecido como *dharma sansad*, ou parlamento religioso, foi organizado por grupos hindus de linha dura com a presença de figuras do BJP. Aqui, sacerdotes hindus fizeram ameaças explícitas contra os muçulmanos no estado, apelando à "matança de 2 milhões" deles e afirmando que os hindus deveriam estar "preparados para morrer ou para matar". O apelo feito num dos discursos a todos os hindus para "participarem dessa limpeza" provocou advertências de um especialista em genocídio de renome internacional de que "um possível genocídio muçulmano" pode ser iminente na Índia. Não foi a primeira vez que muitos desses sacerdotes e líderes hindus de direita incitaram à violência contra os muçulmanos, e a indignação que se seguiu levou à prisão de vários. Todos foram logo libertados sob fiança.

Na reunião em Haridwar, a ideia de Uttarakhand ser uma *Dev Bhoomi* (*Terra de Deus*) começou a ganhar destaque público: um estado sagrado apenas para os hindus, onde os muçulmanos não teriam o direito de exercer sua religião ou sequer existir, no entender de alguns. Os mesmos sacerdotes do *dharma sansad* alertaram que "*Dev Bhoomi* está sob controle dos *jihadistas*", calúnia indireta aos muçulmanos, e apelaram para que o estado seja protegido por todos os meios necessários. "Assim como só os muçulmanos são permitidos em Meca e Medina, devido à tradição islâmica, também exigimos que esta terra seja exclusivamente para hindus", disse Swami Darshan Bharti, presidente da organização Devbhoomi Raksha Abhiyan, promotora do evento em Haridwar. "Os muçulmanos podem ficar aqui e trabalhar livremente, mas devem respeitar nossa religião. Eles não podem cantar Allahu Akbar, não podemos tolerar isso. A carne *halal* também não deveria ser permitida em Uttarakhand."

O BJP governa Uttarakhand desde 2017, e nesse período a ideia de um esta-

Islamofobia. Os muçulmanos, que formam uma população de 200 milhões no país, são alvo constante de mentiras, boatos e agressões

ISTOCKPHOTO

do com prioridade hindu ganhou força política. Bharti disse que "o governo do BJP trabalhou em grande medida para *Dev Bhoomi*" e afirmou que o estado agiu de acordo com várias de suas demandas. Em 2022, foram aprovadas leis contra a conversão religiosa para impedir a chamada "*jihad* do amor", uma conspiração infundada que sugeria que homens muçulmanos enganavam mulheres hindus para que se casassem com eles e as convertiam à força ao islamismo, o que fez os homens muçulmanos serem visados pela polícia.

Numa tentativa de reprimir a "*jihad* territorial", outra conspiração não comprovada segundo a qual os muçulmanos roubavam terras públicas para construir mesquitas e propriedades, o estado iniciou uma campanha de demolição dos locais de culto muçulmanos.

Mesmo depois de a política ter sido oficialmente suspensa, nos últimos dois anos centenas de mesquitas, santuários e túmulos muçulmanos foram destruídos. Grupos de vigilantes hindus de direita e influenciadores nas redes sociais também têm demolido santuários e destruído sepulturas muçulmanas em todo o estado.

Recentemente, Uttarakhand tornou-se o primeiro estado indiano a impor um código civil uniforme – anulando décadas em que as religiões foram autorizadas a seguir suas próprias leis culturais em questões como casamento e herança. Os estudiosos temem que seja usado para atacar as liberdades culturais e religiosas muçulmanas. O BJP prometeu adotá-lo em nível nacional se for reeleito.

O estabelecimento e a proteção de Uttarakhand como um estado de primazia hindu desempenhou um papel na campanha eleitoral, quando foi diretamente citado pelo ministro-chefe do BJP num comício. Prevê-se que a legenda conquistará a maioria, senão todos, dos assentos parlamentares em Uttarakhand, quase 85% hindu. Akhilesh Kumar, de 52 anos, agricultor de trigo e cana-de-açúcar da pequena aldeia de Puranpur, disse que costumava votar no Partido do Congresso, de oposição, até que o BJP o "acordou" para sua religião e a "importância de proteger nossa *Dev Bhoomi* dos males muçulmanos, como a "*jihad* do amor". "Durante muito tempo foi permitido que os muçulmanos fossem demônios, eles são incultos, desrespeitosos e maliciosos para com os hindus neste estado sagrado", disse Kumar. "Mas fomos unidos contra os muçulmanos sob o comando de Modi. É justo que a Índia se torne um país hindu para os hindus, na verdade, esta é a nossa exigência."

Entre setores da comunidade muçulmana no estado, a perspectiva de um terceiro mandato de Modi é comentada com apreensão. O medo era palpável em Haldwani, pequena cidade em ruínas em Uttarakhand que tem uma proporção incomumente alta de moradores muçulmanos e que em fevereiro sofreu uma das piores violências em muitos anos. Os confrontos começaram depois de as autoridades estatais demolirem uma mesquita e uma madraça como parte de sua campanha contra a "*jihad* territorial", alegadamente sem autorização judicial. Os moradores muçulmanos reuniram-se em seguida para protestar e foram atacados pela polícia com cassetetes. Pedras e coquetéis molotov teriam sido atirados contra os policiais em retaliação. O ministro-chefe de Uttarakhand emitiu à polícia ordens de "atirar para matar" contra os alegados manifestantes. Cinco muçulmanos e um hindu foram mortos, todos pela polícia, mas também alegadamente por manifestantes hindus locais, embora ninguém tenha sido acusado. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Uma escola, um filme

POLÍTICA CULTURAL Como *Motel Destino*, selecionado para a competição de Cannes, se conecta a um projeto de formação

POR ANA PAULA SOUSA

A presença de *Motel Destino* na seleta lista dos 19 escolhidos para concorrer à Palma de Ouro no 77º Festival de Cinema de Cannes, em maio, foi especialmente festejado em duas cidades: Berlim, onde vive o cearense Karim Aïnouz, diretor do filme, e Fortaleza, onde vive boa parte da equipe e do elenco.

No caso de Fortaleza, foi um pouco como se uma queima de fogos de artifício tomasse a escola Porto Iracema das Artes, localizada na antiga Capitania dos Portos, na Rua Dragão do Mar.

É que nada menos que 11 profissionais ligados à Porto – Escola de Formação e Criação do Ceará – participaram desse longa-metragem rodado em 2023 no município praiano de Beberibe, a uma hora e meia da capital. O projeto, mantido pelo governo do Estado, reúne diferentes estruturas formativas. Uma delas consiste em laboratórios de experimentação voltados a artes visuais, cinema, dança, música e teatro. E é a esses laboratórios que *Motel Destino* se conecta.

Em 2013, ao lado dos também cineastas Sérgio Machado (*Cidade Baixa*) e Marcelo Gomes (*Cinema, Aspirinas e Urubus*), Aïnouz idealizou, para a escola que estava

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 54

Livro. O extermínio dos maias na Guatemala serve de mote a uma potente ficção

Longa história. A produção dirigida pelo cineasta Karim Aïnouz teve participação de 11 pessoas ligadas à Porto Iracema das Artes e a um laboratório de narrativas

sendo montada, o Lab Cena 15, laboratório voltado ao desenvolvimento de histórias.

"Tomou-se, lá atrás, a decisão política de investir em histórias do Ceará e do Nordeste que ainda estivessem em um estágio bem inicial, criando um ambiente no qual essas ideias pudessem se desenvolver", resume Manoela Ziggiatti, coordenadora do Lab. "O que se busca é fortalecer uma voz local e apostar em histórias, em geral, pouco exploradas. É um projeto de longo prazo que, agora, começa a render frutos mais visíveis."

Do ponto de vista das políticas públicas de cultura, a escola tem algumas características que a distinguem: a estabilidade no decorrer de diferentes governos; a aposta em iniciativas sem apelo midiático; o olhar para o longo prazo; e, no caso do audiovisual, o foco específico em um aspecto criativo considerado ainda deficiente na produção do País.

"Durante os governos Temer e Bolsonaro, as políticas públicas cearenses não só se mantiveram como foram até ampliadas", faz questão de pontuar Bete Jaguaribe, diretora de formação da Porto. "Segurar um projeto como esse, sem o espetáculo, é muito custoso. Porque os governos também são pressionados por demandas de visibilidade."

Karim Aïnouz, ao conversar com *CartaCapital*, de Berlim, retoma o fio puxado por Bete e insiste que o projeto nunca foi "imediatista". "Lembro que, no começo, a gente falava que ali era proibido filmar", ri. "Tivemos, nesses anos, um importante processo de formação de mão de obra. Fomos instrumentalizando as pessoas para elas contarem histórias."

O cineasta, que estreou em Cannes com seu primeiro longa-metragem, *Madame Satã* (2002), exibido na Quinzena dos Realizadores, e apresentou outros quatro filmes nesse que é o mais prestigioso festival do mundo, se diz eufórico com a mais recente conquista e, ao mesmo tempo, muito satisfeito por ver, pela primeira vez, o Cena 15 ser olhado como merece.

As filmagens aconteceram em Beberibe, com elenco e equipe cearenses

Ele se recorda que o primeiro lampejo para o projeto veio quando começou a dar tutorias em laboratórios pelo mundo – Sundance incluído. Ao fim desses processos, de dias ou semanas, ele sentia falta de seguir mantendo contato com os autores. Não por acaso, na Porto os jovens criadores recebem tutorias e consultorias – que os ajudarão a chegar a uma primeira versão de roteiro – ao longo de sete meses.

O cineasta conta também que, conforme sua carreira foi se solidificando, passou a se perguntar por que os filmes brasileiros viajavam tão pouco. "Comecei então a me questionar sobre a clareza narrativa e os elementos dramáticos dos nossos filmes", diz. Também não por acaso, o Cena 15 é ligado à ideia de dramaturgia e estrutura. A seleção dos seis projetos contemplados anualmente leva em conta o potencial narrativo – e de comunicação com o público – das ideias apresentadas.

Wislam Esmeraldo, roteirista de *Motel Destino*, foi um dos que, em 2014, tiveram uma ideia contemplada. Ele estava no último ano do curso de Cinema da Universidade Federal do Ceará (UFC) e, ao saber do laboratório e da tutoria de Aïnouz, diz ter pensado: "Meu Deus, preciso passar por isso!" "Pensei numa história superpessoal, fui escolhido e o Karim acompanhou de perto o meu processo. Foi algo transformador", relembrou, poucos dias depois do anúncio de Cannes.

Em 2015, Esmeraldo foi convidado a fazer parte do Núcleo Criativo – outra política pública voltada ao setor, essa ligada à Agência Nacional do Cinema e deixada pelo caminho – coordenado por Aïnouz. Em busca de uma ideia que coubesse nesse grupo de trabalho, voltado a desenvolver histórias ligadas a crimes, ele começou a pesquisar o tema que daria origem a *Motel Destino*.

NATALI HERNANDES/AG. FOTO E REDES SOCIAIS

Esmeraldo conta que, antes da faculdade, via, basicamente, filmes que passavam na televisão e que ele alugava no Crato, município do Cariri, onde nasceu e cresceu. "Foi assim que fui me apaixonando pelo melodrama", conta. "Via que esses filmes emocionavam e eram capazes de nos deixar dias pensando neles. Quando comecei a escrever, fui sendo levado por esse caminho dos filmes que eu conhecia."

Filho de uma técnica de enfermagem e de um agente de endemias, ele diz que sempre sentiu ter vocação para as artes, mas que, durante muito tempo, guardou isso para si. Tanto que chegou a cursar Direito antes de saber, por um primo, que a UFC tinha aberto um curso de Cinema.

Luciana Vieira é outra integrante da equipe de *Motel Destino* que é cria da Porto e do curso da UFC. Ela faz parte da primeira turma da graduação, que foi aberta em 2010 e teve como convidado da aula inaugural Karim Aïnouz. Dois anos depois, Luciana estagiou em *Praia do Futuro*, também de Aïnouz, e, em 2015, foi selecionada para o Lab Cena 15. Desde então, lá seguiu. Hoje é uma das consultoras do projeto.

Luciana entrou em *Motel Destino* como produtora de locação. Nessa função, visitou 50 motéis e encontrou aquele onde aconteceram as filmagens. Foi ainda assistente de produção de elenco – que,

Crias. O ator Iago Xavier; o produtor Nilo Rivas; a diretora-assistente Luciana Vieira; a produtora de elenco Nina Kopko; e o roteirista Wislam Esmeraldo estão ligados à Porto Iracema das Artes

exceção feita a Fábio Assunção, é praticamente todo cearense – e acabou por tornar-se diretora-assistente.

Luciana diz que, apesar de trabalhar integralmente com cinema há dez anos, só faz projetos contemplados em editais. "Acho que o dinheiro privado não chegou aqui porque, de certa forma, ainda é difícil que acreditem na nossa capacidade", reflete. "Parece que acham que não estamos à altura, mas estamos. Espero que essa seleção para Cannes ajude a dar visibilidade a esse processo todo que vivemos aqui."

Embora tenha 11 anos de vida, a Porto Iracema das Artes deriva de outra iniciativa pública marcante do Ceará: o Instituto Dragão do Mar, a primeira Organização de Cultura (OS) do País, criada em 1993.

O governador era Ciro Gomes, à altura filiado ao PSDB – partido que estenderia o modelo de OS da cultura para outros Estados – e seu secretário de Cultura era o antropólogo Paulo Linhares, a mesma pessoa que, sob o governo Cid Gomes, duas décadas depois, daria forma à Porto.

O Instituto Dragão do Mar abrigou uma escola que tinha à frente os cineastas Orlando Senna e Maurice Capovilla (1936-2021). Primeiro centro de formação em cinema no Estado, essa escola foi fechada durante o governo de Lúcio Alcântara, no início dos anos 2000.

As histórias dos projetos de cultura que dão certo, assim como aquelas dos filmes que dão certo, costumam estender-se pelo tempo e ter, como marcas, uma insistência do tipo água mole em pedra dura e a junção de um grupo de pessoas com propósitos não apenas comuns, mas claros.

"Um ano depois do fim do bolsonarismo, é importante que o audiovisual brasileiro volte a existir no mundo, até porque mostra a nossa capacidade de cicatrização", diz Aïnouz, para logo completar: "E tão importante quanto isso é saber que essa seleção para Cannes chama a atenção para um filme que é fruto de uma política pública consistente". •

ALAN SOUSA, MICAELA MENEZES E ACERVO PESSOAL

Um mundo que se abre à beira da praia

Estreia. *Sem Coração* está em cartaz nos cinemas desde a quinta-feira 18. O filme, dirigido por Nara Normande e Tião, foi selecionado para o Festival de Veneza

CINEMA *SEM CORAÇÃO*, FILMADO EM ALAGOAS, RETRATA DE FORMA AUTÊNTICA E DELICADA O RITO DE PASSAGEM DA ADOLESCÊNCIA

Dois anos se passaram desde a realização do curta-metragem *Sem Coração*, selecionado para Cannes e muito aplaudido no Festival de Brasília, em 2014, quando Nara Normande, alagoana, e Tião, pernambucano, decidiram recontar aquela história em um longa-metragem.

Nara conta que, desde o curta, ela e Tião mantiveram uma relação com os atores do filme – Eduarda Samara, a menina chamada de sem coração, por ter uma cicatriz no peito, e Alaylson Emanuel, o Galego – e que, de alguma forma, aquele universo, muito vinculado a suas memórias, seguia a alimentá-los.

O início do projeto coincidiu, porém, com o *impeachment* de Dilma Rousseff e o início da crise institucional do cinema brasileiro. "A gente, simplesmente, não conseguia recursos aqui", conta Tião.

Produzido pela Cinemascópio, de Emilie Lesclaux e Kleber Mendonça Filho – que ergueram a faixa contra o golpe, em Cannes, ao exibir *Aquarius* –, *Sem Coração*, segundo Tião, foi especialmente atingido pela paralisia do fomento.

"Chegamos a entrar na Justiça para ter a liberação de recursos, mas, no fim, o que nos permitiu fazer o filme foi um edital de Pernambuco e um prêmio do CNC", diz, referindo-se ao concorrido programa *Aide Aux Cinémas du Monde* (*Ajuda aos Cinemas do Mundo*), do Centro Nacional de Cinematografia da França. O projeto foi selecionado ainda para um prestigiado laboratório internacional, o Torino Film Lab, e conseguiu apoio da emissora italiana RAI.

Desse longo percurso, marcado pelo diálogo com diferentes parceiros, saiu um projeto autêntico e delicado que se destaca no todo da produção brasileira. Não por acaso, foi selecionado para participar do Festival de Veneza, em 2023.

A narrativa se desenrola pelo olhar de Tamara (Maya de Vicq), uma menina que se descobre apaixonada no mesmo momento em que se prepara para sair do pequeno lugar onde nasceu, numa praia de Alagoas, para fazer faculdade. Tanto filme de turma quanto de passagem – da adolescência para a vida adulta –, *Sem Coração* extrai sua autenticidade da forma como a dupla de diretores insere a história num lugar e num modo de vida muito particulares e, por vezes, etéreos.

"Eu, quando tinha 13 anos, saí da praia para ir morar no Recife, e essa personagem da Tamara, que surgiu em outro curta meu, uma animação em areia, *Guaxuma*, me pareceu a personagem que faltava para o longa não repetir o curta", conta Nara, que hoje vive em São Paulo, longe do mar, mas mantém, em sua criação, a paisagem afetiva e geográfica que a constituiu. •

– por Ana Paula Sousa

Um encontro entre soterrados

LITERATURA *Às Vezes Acordo Tremendo*, passado entre a Guatemala e o México, enlaça relato histórico e exercício ficcional

POR KELVIN FALCÃO KLEIN

Durante a ditadura de Efraín Ríos Montt, na Guatemala, que durou de 23 de março de 1982 a 8 de agosto de 1983, cerca de 100 mil pessoas foram assassinadas ou desapareceram – entre elas, 2 mil maias ixil, representando 33% dessa etnia. Essas e outras informações são oferecidas pela escritora mexicana Ximena Santaolalla no fim do seu romance *Às Vezes Acordo Tremendo*, em uma nota que contém também a seguinte frase: "A cada dia morriam quase 200 vítimas, em um país que naquela época tinha, aproximadamente, 7,5 milhões de habitantes".

Para dar conta desse conjunto de eventos extremos, a autora monta um romance heterogêneo, composto de histórias que correm paralelas, eventualmente se cruzando. Começamos com um soldado guatemalteco enviado pelo Exército para um treinamento no Texas – seu comandante, que sempre carrega um isqueiro, também terá uma linha narrativa. Continuamos com o relato de uma menina de 15 anos sequestrada pelos militares. Alcançamos, por fim, o presente da narrativa quando a empregada doméstica de um coronel testemunha diante de uma Comissão de Direitos Humanos.

São dois pontos principais de referência temporal – os anos de 1982 e 2012 –, e dois de referência espacial – a Cidade da Guatemala e a Cidade do México. Ximena fala da "fronteira ilusória" entre os dois países, que "entrelaça centenas de milhares de amores, amizades, desamores e crueldades".

"Volto à cidade em que nasci", diz Aura, uma das principais personagens do romance, e continua: "Ao abrir os olhos, meu primeiro impulso é o de me incendiar. Queimar este corpo que é a constante lembrança da minha história". "Gavião não deixou de ser uma besta imunda", diz Estrella, prima de um dos soldados, antes de acrescentar: "Um matador de merda, um criminoso. Aqui em Fort Hood, ele quase me afogou em um tambor cheio d'água. Mas eu sei ser paciente. Minha hora de devolver tudo a ele vai chegar".

ÀS VEZES ACORDO TREMENDO

Ximena Santaolalla. Tradução: René Duarte. Editora Peabiru (282 págs., 59 reais)

A progressão da narrativa ocorre em ziguezague, com futuro e passado mesclados, oscilando entre o geral e o particular, dando mergulhos na subjetividade dos personagens – que se expressam e assimilam os acontecimentos em suas trajetórias de formas diversas.

A violência é, evidentemente, um elemento de ligação e articulação das vidas retratadas. Ela não aparece, contudo, como uma força anônima e imutável, e sim como uma estratégia difusa de convivência e sobrevivência: cada personagem, do torturador à torturada, administra à sua maneira o evento violento e suas consequências, tanto físicas quanto mentais. "Aos poucos, estou percebendo meus erros (...) Caramba, há anos a culpa está crescendo dentro de mim, como se fosse um tumor nas costas. O peso me partiu", afirma um dos soldados.

O livro de Ximena Santaolalla não é apenas uma lúcida e necessária denúncia dos massacres na Guatemala. É também – e sobretudo – uma peça narrativa muito bem desenvolvida, feita de partes e vozes que, pouco a pouco, vão se encaixando, criando um desenho que desafia o leitor tanto pelo viés estético quanto pelo viés ético.

A leitura é absorvente porque o trabalho de organização dos elementos foi rigoroso, longamente meditado. Ao mesmo tempo que informa e conscientiza, *Às Vezes Acordo Tremendo* propõe um exercício de vertiginosa coexistência de perspectivas e vivências – soterrados e privilegiados frente a frente, como qualquer dia em qualquer cidade do mundo. •

Pesquisa. Ximena Santaolalla recupera o massacre maia ocorrido nos anos 1980

ALBERTO KRITZLER

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA

Nelson Freire, artista gigante, tem sua trajetória repassada na biografia **Nelson Freire: O Segredo do Piano** (DBA, 232 págs., 74,90 reais), de autoria do jornalista francês Olivier Bellamy, que também escreveu sobre Martha Argerich, parceira de teclado e de alma do pianista brasileiro.

Em **Ninguém É Normal** (Arquipélago, 416 págs., 99,90 reais), Roy Richard Grinker, nascido em uma família de psiquiatras, mas tornado antropólogo, com doutorado em Harvard, percorre anos de história para explicar e demonstrar "como a cultura criou o estigma do transtorno normal".

É o Brasil de dentro ou, no dizer de Patativa do Assaré, o Brasil de baixo, que Celso Costa dá a ver em **A Arte de Driblar Destinos** (Fósforo, 288 págs., 84,90 reais). No romance, o autor descreve de modo sensorial a terra, as touradas e a pobreza de um mundo rural e quase mítico.

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

Brasileirão capenga

▶ A primeira rodada do campeonato tem início com queixas de todas as ordens: da falta de qualidade do gramado a erros na arbitragem

Começou o esperado Brasileirão, e começou mal. No balanço da primeira rodada, o que se destacou foi o volume de reclamações – da qualidade do gramado à arbitragem.

Durante a partida entre Atlético de Goiás e Flamengo, o piso solto do outrora elogiado Serra Dourada, em Goiânia, gerou cenas impensáveis.

Acompanhamos, pelas imagens da televisão, um funcionário do Dragão usando um pedaço de madeira e outro de ferro para "martelar" uma parte alta do gramado, por onde passa o sistema de irrigação. E, ao longo da partida, foram vistos funcionários remendando a grama, tentando tapar os buracos.

Já a arbitragem, como se diz pelas resenhas das ruas, "operou" o time da casa. O árbitro André Luiz Skettino começou a partida com a expulsão do excelente técnico Jair Ventura, do Atlético. Ventura admite que falou um palavrão, mas nada que, segundo ele mesmo, não seja relativamente comum no campo de futebol.

A expulsão foi o primeiro sinal de outras mancadas que se seguiriam. Uma delas culminou, inclusive, com um pênalti que deu o que falar. O argumento do Flamengo é de que o árbitro errou também contra sua equipe.

O fato é que a qualidade da arbitragem brasileira anda muito baixa. A suspensão de três juízes pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) acabou carimbando os erros grosseiros.

De forma geral, a pressão é grande. Dirigentes do rubro-negro fizeram grandes reclamações durante a semana, cobertos de razão, quanto ao calendário a ser seguido.

No mês passado, 12 clubes pleitearam, sem sucesso, alterações na tabela por conta da Copa América, torneio internacional organizado pela Conmebol, que acontece de quatro em quatro anos.

A 48ª Copa América reunirá 16 seleções, de 20 de junho a 14 de julho, nos Estados Unidos, e deve afastar cerca de 20 jogadores do Brasileirão – esses atletas devem ser convocados pelas seleções de seus países.

Os convocados para a competição continental vão perder, no mínimo, sete jogos do Brasileirão.

Os argumentos a favor da mudança vão no sentido de dizer que a ausência de jogadores desprestigia o principal campeonato do País. Sabe-se que, além disso, o calendário que tem sido chamado de "irresponsável", leva à lesão e ao afastamento de muitos atletas.

Jogar 80 jogos sem se lesionar é humanamente impossível. Os atletas, hoje, atuam no fio da navalha. As equipes que estão participando da Libertadores têm de jogar em suas cidades e, muitas vezes, já no dia seguinte embarcar para outro país.

No caso das partidas realizadas no Equador, por exemplo, os jogadores enfrentam mais de dez horas de viagem – porta a porta – e, lá chegando, têm de se adaptar à altitude de 2,6 mil metros.

Ainda sobre o calendário, cabe observar que o Noroeste, que alcançou a divisão principal do Paulistão, abriu mão de jogar a Copa Paulista 2024.

Na segunda-feira 15, o clube do interior paulista justificou a desistência pelo alto custo das obras exigidas pela Federação Paulista de Futebol para o estádio Doutor Alfredo de Castilho, o Alfredão, de Bauru, onde o Noroeste realiza seu mando em jogos oficiais.

O clube, além de ter de lidar com o alto custo das obras, teria de jogar muitas partidas fora de Bauru, aumentando ainda mais as despesas.

Isso significa, na prática, que o Norusca vai ficar meses sem tabela de jogos ao mesmo tempo que terá de reformular o elenco para ultrapassar a "subida de sarrafo" conseguida a duras penas.

Fora dos campos, tem destaque a notícia – dada pelo *Globo Esporte* – de que, na sexta-feira 12, o presidente do Vasco, Pedrinho, pediu, por meio do departamento jurídico do clube, garantias de que a 777 Partners depositará o aporte previsto para setembro deste ano. A notificação, de acordo com o *GE*, foi recebida com surpresa pelos executivos americanos, donos da SAF.

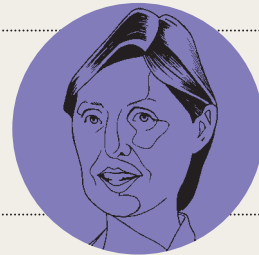
Na escalada das argumentações, os detentores da SAF vascaína consideram agressivas as pretensões do presidente. Eles chegaram a soltar algumas pérolas. Nos chamaram de "botocudos" e disseram que o que os une a todos "é o amor pelo Vasco da Gama".

Do outro lado do mundo, a Champions League, na fase de classificação para as semifinais, apresentou jogos recheados de gols e viradas espetaculares.

As semifinais, que prometem ser extraordinárias, acontecerão entre o fim de abril e o início de maio entre Real Madrid, Bayern de Munique, Paris Saint-Germain e Borussia Dortmund. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ELNARA NEGRI
Livre-docente pela Faculdade de Medicina da USP e pneumologista do Núcleo Avançado de Tórax do Hospital Sírio-Libanês

Dengue na Provence

▶ O surto da doença no sul da França, fruto do aquecimento global, mostra que estamos todos no mesmo barco e que o planeta precisa, urgentemente, de energia limpa

As mudanças climáticas extremas são uma realidade e podem ser constatadas a todo momento mesmo pelo mais negacionista dos seres humanos. São fruto da nossa irresponsabilidade em cuidar do planeta e devem, num futuro próximo, ter um profundo impacto na nossa vida e na de nossos descendentes.

A humanidade tem se descuidado dela mesma e do planeta ao consumir de forma irresponsável, gerar cada vez mais lixo e ignorar práticas de educação e sustentabilidade. Nossos recursos naturais são finitos e não conseguem se repor na mesma velocidade com que são extraídos.

Vivemos o século das pandemias. Doenças desconhecidas surgirão cada vez mais frequentemente, trazidas à civilização tanto pela invasão e destruição de biomas e regiões selvagens quanto pelo aquecimento global. O degelo dos polos levará aos oceanos bactérias, vírus e fungos desconhecidos do homem contemporâneo, que jaziam há milênios em fósseis e seres congelados das eras glaciares, no *permafrost*.

Nesse contexto, não apenas doenças inéditas para a humanidade atual surgirão mas também males já conhecidos poderão aparecer em locais inusitados. É esse o caso do surto de dengue no verão de 2023 na Provence, na França. O aparecimento de mais de cem casos autóctones da virose na região levou o governo francês a adotar medidas para combater o mosquito que, conduzido por correntes de ar quente, migrou da Ásia e da África para o sul da França.

Antes do aquecimento global, o *Aedes aegypt*, vetor da dengue, não tinha como alcançar aquelas paragens. Também conhecido como mosquito-tigre-asiático, por causa de suas listras pretas e brancas, ele pica pessoas infectadas com o vírus e o transmite para pessoas sem a doença.

Seus sintomas incluem febre alta, dor de cabeça e dores em torno dos olhos e osteomusculares intensas – daí a dengue ser conhecida como febre quebra ossos. Depois que a febre se vai, em torno de três a quatro dias, começa a fase de melhora ou, em alguns casos, a instalação da fase de queda das plaquetas e hemorragias que podem evoluir para insuficiência de órgãos como rins, fígado e pulmões. A doença pode ser fatal e especialmente grave nas crianças.

Habitualmente, a dengue é encontrada em países de clima tropical ou subtropical, principalmente nas áreas urbana e suburbana. O maior reservatório do mosquito são águas limpas paradas, como aquelas presentes em vasos de plantas, pneus, lixo em terrenos abandonados e piscinas sem manutenção.

Não existe remédio específico para a dengue, mas o diagnóstico precoce e a hidratação vigorosa podem salvar vidas. O Brasil e vários países da América Latina estão sofrendo atualmente com um surto de enormes proporções, com taxas de mortalidade e infecção altíssimas. É importante ressaltar que temos vacinas disponíveis em número escasso e que, por serem grupo de maior risco, as crianças são priorizadas.

Mas voltemos à dengue na Provence, que nos remete a um cenário apocalíptico: uma doença prevalente em países pobres alcança o mundo desenvolvido e há previsões de que, no próximo verão europeu, se espalhe por outras regiões da França e pelo Reino Unido.

Essa é a deixa para que a corrida por vacinas e tratamentos antivirais para a doença se intensifique e consigamos imunizar a população mais pobre do Sul global, reduzindo a disseminação da doença no mundo. Pois é, caro leitor, dependemos mais uns dos outros do que imaginamos.

O planeta e a humanidade necessitam de atenção urgente. A boa notícia é que, pelo que observamos no período da pandemia da Covid-19, a Terra parece ter um poder de regeneração rápido. Quem não se lembra da imagem de golfinhos nos canais de Veneza e da queda dramática da emissão de gases poluentes na atmosfera durante os meses de *lockdown*? Isso representa uma luz no fim do túnel.

Ainda é possível agir e cada segundo importa. Estamos, de acordo com alguns estudiosos, no decênio decisivo para a sobrevivência do planeta. É urgente investir em energia limpa. É urgente impedir a destruição de florestas, a exploração desenfreada e sem sustentabilidade dos recursos da natureza, assim como é urgente combater a poluição ambiental e investir em educação e saneamento básico.

É urgente cessar o desperdício de vidas, dinheiro e recursos em guerras intermináveis e olhar para o planeta. Não para o bem-estar de alguns, mas para a sobrevivência de toda a humanidade. O resumo da ópera é que estamos todos no mesmo barco. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

1. E O LULA, HEIN?
2. E O BILIONÁRIO FASCISTA, HEIN?
3. E O XANDÃO, HEIN?
1. NÃO TÔ CURTINDO!
2. BLOQUEADO!
3. DENUNCIEI POR ASSOCIAÇÃO AO TEMER NO GOLPE DE 2016, COM O SUPREMO, COM TUDO!